FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

2019 > 2022 | 2023 > 2026

Fundo Soberano: a estratégia do Espírito Santo para além do petróleo

Coleção Espírito Santo
Gestão transformadora, impacto humano

Fundo Soberano: a estratégia do Espírito Santo para além do petróleo

Vitória/ES
Editora UniversidadES
2026

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Governador
Renato Casagrande

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Secretário
Bruno Lamas Silva

EDITORA UNIVERSIDADES
Coordenador
Jução Vitor Santos Silva

Editora-Chefe
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

COLEÇÃO ESPÍRITO SANTO - GESTÃO TRANSFORMADORA, IMPACTO HUMANO
Coordenador da Coleção
Jução Vitor Santos Silva

Conceito e Argumento
Rimaldo de Sá

Gestão e Planejamento
Michel Magno de Vasconcelos

Editora
Joanna Ferrari

Produção Textual
Jaqueline Vianna
Joanna Ferrari
Roberta Peixoto

Bibliotecárias
Ana Paula Galdino de Deus
Edina Pereira dos Santos

Entrevistas
Amanda Amaral
Gabriela Conti
Jaqueline Vianna
Joanna Ferrari
Roberta Peixoto

Pesquisa e Levantamento de Dados
Carolina Botelho de Lima
Júlia Bragatto Grobério
Marcelo Cardoso Lima dos Santos
Gabriela Conti
Lyvia Justino

Revisão
Alessandra Siedschlag

Projeto Gráfico
André Duque

Diagramação
Anderson Silva de Aguiar
Rafael Vargas Ferreira Pinto Aboudib
Willian Silva de Aguiar

EQUIPE ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
Supervisão Financeira
Téthys Cysne Gobbi

Supervisão Administrativa
Danielle Marchioni
Olgmara Fátima Caliman Vasconcelos
Robson de Azevedo Junior

Equipe Administrativa
Marlete de Souza Almeida Silva
Márlei Vieira Fernandes
Lígia Maria Fernandes de Melo
Ismael Denes Rocha Junior
Pietra Leoncio Blanck

Tecnologia da Informação-TI
Renan Costalonga Monteiro

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV)
Juão Vitor Santos Silva (SECTI-ES)
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC-PR)
Gonzalo Aguilar Cavallo (UNIVERSIDAD DE TALCA - CHILE)
Jose Manuel Peixoto Caldas (UNIVERDADE DO PORTO - PORTUGAL)
Carmelo Cattafi (TECNOLÓGICO DE MONTERREY – MÉXICO)
Bruno Lorenzetti (UNIBRASIL)
Robison Tramontina (UNOESC)
Salete Oro Boff (Atitus e UFRGS)
Mariana Holanda (UnB)
Américo Bedê Freire Júnior (FDV)
Ethel Leonor Noia Maciel (UFES)
Rita de Cassia Duarte Lima (UFES)
André Karam Trindade (UNIVEL)
Leilane Grubba (Atitus)
Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC)
Ana Luisa Santanna (PUC-PR)
Cassius Guimarães Chai (FDV e UFMA)
Diego Carlos Zanella (Universidade Franciscana)
Daury Cesar Fabriz (FDV)
Norma Sueli Padilha (UFSC)
Walber Pontes (UFMA)
Maria do Socorro Almeida Souza (ESMAN – TRT – 16)
Mirelle Finkler (UFSC)
Caroline Filla Rosaneli (PUC-PR)

PARCERIAS
Universidade Federal do Estado do Espírito Santo - UFES
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES
Faculdade de Direito de Vitória - FDV
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES
Ministério Público do Estado do ES - MPES

APOIO FINANCEIRO
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77f Espírito Santo. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

Fundo soberano: a estratégia do Espírito Santo para além do petróleo / organizadores João Vitor Santos Silva, Bruno Lamas Silva, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer – Vitória : Editora UniversidadES, 2026. -- (Coleção Espírito Santo: Gestão Transformadora, Impacto Humano ; v. 10)

134 p.
Bibliografia
Ilustrado
ISBN 978-65-978885-8-0(físico)

Coordenação da Coleção: João Vitor Santos Silva

1. Fundo soberano – Espírito Santo (Estado). 2. Royalties do petróleo. 3. Finanças pública. 4. Desenvolvimento econômico. I. Espírito Santo. Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional. II. Santos Silva, João Vitor. III. Silva, Bruno Lamas. IV. Bussinguer, Elda Coelho de Azevedo. V. Título.

CDU – 330.34-032.32(815.2)

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula Galdino de Deus CRB 6/798 e Edina Pereira dos Santos CRB 6/1054

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor,

É com grande satisfação que apresento o trabalho e a visão que impulsionam a produção e o acesso ao conhecimento no Espírito Santo, implementados pelo governo do Estado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti). A missão da Secti é promover e organizar o sistema estadual de ciência, tecnologia, inovação, educação profissional e qualificação para o mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, social e sustentável do nosso Estado.

Desde 2023, como secretário, tenho concentrado nossos esforços no avanço científico, tecnológico e no desenvolvimento humano. Entendemos que a qualificação profissional é uma ferramenta essencial para integrar pessoas no mercado de trabalho, reduzir desigualdades e gerar emprego e renda. Nesse cenário, registrar e preservar a nossa história institucional não é apenas importante: é fundamental para construir o futuro.

A base dessa estratégia do governo para investir na população capixaba é o Programa Universidade do Espírito Santo – UniversidadES, um programa de Estado que está ligado diretamente à Secti. O UniversidadES foi criado para ser um modelo nacional em gestão estratégica, com ações inovadoras para produzir e tornar a ciên-

cia e a tecnologia acessíveis, sempre com foco na inclusão social. Ele reúne e organiza as principais políticas públicas de Ensino Superior, Técnico, Profissional, Formação Continuada, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Entre as iniciativas já em curso, destacam-se programas como o Nossa Bolsa e o Qualificar ES, os Centros Estaduais de Educação Técnica (CEETs) e a recém-criada Universidade Aberta Capixaba (UnAC), que oferece cursos de Graduação e Pós-graduação de forma contínua e gratuita.

Para registrar e eternizar a vasta produção intelectual e a documentação das políticas criadas no governo, surgiu a Editora do Programa UniversidadES, também vinculada à Secti. O principal objetivo da Editora é incentivar a produção e a disseminação de conhecimento nas universidades e faculdades capixabas. Alinhada à visão da Secti de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a Editora tem um papel fundamental. Ela publica trabalhos acadêmicos, científicos e didáticos, como livros, coletâneas de artigos e revistas, sendo um meio oficial para compartilhar a produção intelectual de professores e pesquisadores.

Essa dedicação em registrar o conhecimento se materializa na Coleção Espírito Santo – Gestão Transformadora, Impacto Humano. Mais que

um simples projeto editorial, ela é uma iniciativa estratégica para organizar e tornar acessível o conhecimento gerado pelo Estado do Espírito Santo. A coleção conta com 10 livros sobre temas ou projetos importantes do governo. Ela servirá como uma ferramenta essencial para prestar contas à sociedade e preservar a memória da instituição.

Nosso objetivo é que essa coleção seja acessível a diferentes públicos, garantindo que o conhecimento seja transmitido entre gerações e sirva de base para futuros gestores e tomadores de decisão. Dessa forma, asseguramos que o trabalho e as conquistas do governo se tornem um alicerce para a melhoria contínua das políticas públicas.

Bruno Lamas Silva
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti)

APRESENTAÇÃO

A Editora UniversidadES, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), foi concebida com o objetivo primordial de fomentar a produção e a difusão de conhecimento nas instituições de ensino superior capixabas, alinhando-se à visão da Secti de promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

A proposta da Editora é incentivar a produção intelectual e a colaboração entre as diversas áreas do saber. Esta iniciativa visa amplificar a visibilidade da pesquisa local nos cenários nacional e internacional, promovendo ativamente a democratização do conhecimento e o acesso à informação para públicos diversos.

O valor mais profundo desta coleção, que marca o lançamento da Editora, reside no seu papel como registro histórico e instrumento de preservação da memória institucional. Ao documentar as políticas públicas implementadas, os processos decisórios e a evolução das instituições, criamos um acervo histórico que servirá de referência para a consulta da geração presente e das futuras. Isso garante a transferência de conhecimento intergeracional e estabelece uma base sólida para o aprimoramento contínuo das políticas públicas e para a tomada de decisões informadas por futuros gestores.

João Vitor Santos Silva
Coordenador-geral da Editora do Sistema UniversidadES

PREFÁCIO

A verdadeira prova de fogo de um gestor não está em como ele gasta o que é rotineiro, mas em como ele protege o que é extraordinário. No Espírito Santo, fomos abençoados com a riqueza do petróleo, mas a história está cheia de exemplos em que esse ativo se tornou uma maldição. Vi cidades e Estados vizinhos serem seduzidos pelo imediatismo, transformando *royalties* em custeio, e, quando os preços do barril caíram ou os poços secaram, o que sobrou foi o vazio.

Este livro conta como o Espírito Santo decidiu escrever um roteiro diferente. A ideia do Fundo Soberano do Espírito Santo nasceu de uma inquietação que carrego comigo. Como engenheiro florestal, aprendi que não se pode exaurir o solo sem pensar na próxima safra. Na política, a lógica é a mesma: o petróleo é um recurso finito, e usá-lo apenas para as necessidades do presente seria uma injustiça com as próximas gerações.

O leitor verá nestas páginas que o nosso Fundo Soberano vai além de uma reserva financeira de mais de R$ 2 bilhões que cresce a cada mês. Ele é o coração de uma estratégia de diversificação econômica. Ao contrário de outros fundos que apenas acumulam capital, nós decidimos que o nosso deveria ser indutor de inovação. Criamos o maior fundo de *Venture Capital* público do País para apoiar *startups* e, de forma pioneira, estruturamos o Fundo de Descarbonização.

Levei essa experiência para a COP de Belém (Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada no Brasil em 2025) com muito orgulho. Enquanto o mundo discute como financiar a transição energética, o Espírito Santo já está fazendo: estamos usando a riqueza do combustível fóssil para financiar a energia limpa e a sustentabilidade. Estamos baixando o custo do crédito para empresas que querem investir em inovação verde.

Não foi fácil blindar esses recursos contra as pressões políticas do dia a dia, mas fizemos isso com diálogo e transparência, ouvindo os melhores especialistas do mercado e da academia.

Ao final desta leitura, espero que fique claro que o Fundo Soberano é a nossa apólice de seguro contra a volatilidade e o nosso passaporte para uma economia moderna. O petróleo um dia vai acabar, mas o legado de inovação, educação e sustentabilidade que plantamos ficará para sempre.

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo

Sumário

16 Introdução

22 O imperativo geopolítico e a maldição dos recursos

36 Governança e transparência

48 Arquitetura institucional: um modelo híbrido de poupança e desenvolvimento

62 Um modelo de negócio: o Estado como sócio

72 Impulsionamento das *startups*: do petróleo ao unicórnio

90 Fundo de Descarbonização

104 Um projeto de Estado, não de governo

112 O melhor fundo da América Latina e 3º melhor do mundo

120 Fundo com visão de longo prazo: um pacto com o amanhã

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A trajetória de Estados e nações dotados de recursos naturais abundantes costuma ser marcada por contrastes. A riqueza que aflora do subsolo, frequentemente percebida como passaporte para o desenvolvimento, pode, também, constituir um vetor de vulnerabilidade econômica. Depender de receitas voláteis, gastar aceleradamente e adiar reformas estruturantes são armadilhas que historicamente atingiram diversas regiões produtoras de petróleo. No entanto, a história recente do Espírito Santo demonstra que outros caminhos são possíveis quando há planejamento, responsabilidade e visão de longo prazo.

Foi diante desse cenário que o governo do Estado tomou uma decisão que redesenhou o futuro da administração pública capixaba. Em vez de sucumbir à pressão imediatista que tradicionalmente acompanha períodos de incremento de *royalties* e participações especiais, a gestão estadual optou por instituir um mecanismo capaz de transformar riqueza momentânea em patrimônio duradouro. Assim nasceu o Fundo Soberano do Espírito Santo (Funses), uma iniciativa construída a partir de uma combinação rara entre responsabilidade fiscal, rigor jurídico, sensibilidade social e compromisso intergeracional.

A criação do Funses foi precedida por debates aprofundados sobre a necessidade de proteger o Estado das oscilações do mercado internacio-

nal de petróleo e, simultaneamente, preparar a economia capixaba para um ambiente global em transição. Foi determinante, nesse processo, a consolidação de uma vitória judicial histórica, que assegurou ao Espírito Santo receitas fundamentais e permitiu ao governo estabelecer uma estratégia consistente de capitalização do Fundo.

A partir desse novo marco, consolidou-se a decisão de se instituir uma política pública orientada para além das necessidades imediatas. Sob a liderança do governador Renato Casagrande, o Funses foi concebido como instrumento de modernização do Estado e de fortalecimento da economia local, com prioridade para investimentos em inovação, sustentabilidade, transformação produtiva e desenvolvimento regional. Nas palavras do governador, tratou-se de organizar um modelo que desse ao Espírito Santo a capacidade de enfrentar as crises do presente sem comprometer as oportunidades do futuro.

A partir de uma análise detalhada dos ciclos econômicos e das experiências internacionais de fundos soberanos, foram definidos parâmetros de governança, regras de aportes e critérios de aplicação de recursos alinhados às melhores práticas. O objetivo ia além de apenas poupar. Era criar um instrumento eficiente, apto a financiar projetos estratégicos, fortalecer cadeias produtivas, estimular a economia limpa e ampliar a competitividade do território capixaba em um ambiente global marcado pela transição energética.

Com a instituição do Funses, o Espírito Santo se posiciona entre os poucos entes subnacionais brasileiros que estruturaram um mecanismo de poupança intergeracional em consonância com o

que há de mais avançado no cenário internacional. O Fundo opera com as metas de preservar parte da riqueza não renovável, reduzir a vulnerabilidade fiscal, estimular setores inovadores e contribuir para a construção de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável. Seu desenho incorpora tanto prudência quanto ousadia: preserva recursos para o futuro, ao mesmo tempo em que os coloca a serviço de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar empregos, atrair investimentos e diversificar a matriz econômica.

Ao optar por direcionar parcelas significativas de *royalties* para o Fundo Soberano, o Espírito Santo rompe com práticas históricas de curto prazo e adere a uma lógica de planejamento consistente. O governo reconhece que o petróleo é um recurso finito, mas reafirma que o desenvolvimento não precisa ser. Por isso, o Funses tem como missão estruturar uma economia de baixo carbono, estimulando setores que combinem inovação, tecnologia e sustentabilidade, preparando o Estado para o novo ciclo econômico que se impõe mundialmente.

Mais do que um instrumento financeiro, o Fundo se configura como uma política de Estado. Sua governança fortalece a credibilidade institucional, sua estratégia de investimento orienta transformações estruturais e sua existência simboliza a decisão do Espírito Santo de conduzir seu futuro com autonomia e responsabilidade. A administração pública, ao estabelecer regras claras e mecanismos robustos de transparência, consolida uma cultura de planejamento que ultrapassa mandatos e se integra ao projeto de desenvolvimento de longo prazo da sociedade capixaba.

Este livro apresenta a arquitetura desse modelo, seus fundamentos jurídicos, as escolhas estratégicas que o tornaram possível e a visão que orienta seu funcionamento. Revela, também, como o Estado se prepara para utilizar o Fundo como alicerce de uma nova etapa de crescimento econômico, com foco na diversificação produtiva e na atração de investimentos de alto valor agregado. Mais do que descrever cifras ou explicar estruturas financeiras, esta obra registra uma mudança de paradigma na gestão pública: a construção de um legado que ultrapassa gerações.

O Espírito Santo demonstra, assim, que responsabilidade fiscal e desenvolvimento social caminham juntos. Ao poupar parte das receitas extraordinárias e destiná-las a políticas estruturantes, o Estado reafirma seu compromisso com o futuro, consolida uma política que responde às demandas atuais e também antecipa os desafios das próximas décadas. O Funses é resultado de uma decisão estratégica: transformar riqueza temporária em oportunidade permanente, garantindo que as futuras gerações encontrem um Estado mais forte, sustentável e preparado para os novos tempos.

01

CAPÍTULO

O imperativo geopolítico e a maldição dos recursos

O imperativo geopolítico e a maldição dos recursos

A história econômica de territórios ricos em recursos naturais é frequentemente assombrada pela "maldição dos recursos" – um paradoxo em que a abundância de *commodities* não renováveis, especificamente hidrocarbonetos, se correlaciona com menor crescimento econômico a longo prazo, enfraquecimento democrático e volatilidade fiscal. O Espírito Santo se deparou com esse dilema existencial na segunda década do século XXI. Como um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do País, o Estado viu sua saúde fiscal perigosamente atrelada à volatilidade dos preços globais das *commodities* e à inevitável finitude das reservas fósseis.

Neste cenário, o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funses) emergiu como uma estratégia intergeracional deliberada para romper esse ciclo vicioso. A sua concepção representa uma mudança de paradigma na administração pública subnacional na América Latina. Enquanto fundos soberanos são comuns entre nações – como o *Government Pension Fund Global* da Noruega ou o GIC de Singapura (*Government of Singapore Investment Corporation*) –, é institucionalmente raro e complexo para um ente subnacional dentro de uma federação estabelecer tal mecanismo com altos graus de governança, autonomia e blindagem política.

A premissa fundamental que norteou a criação do Funses foi o reconhecimento ético e econômico de que as receitas provenientes do petróleo são ativos finitos que pertencem à administração ou população atual, mas também às gerações futuras de capixabas. A transformação de uma riqueza mineral efêmera em estabilidade econômica perpétua e capacidade de inovação se tornou a política de Estado central para garantir o futuro pós-petróleo do Espírito Santo.

"Em 2002, o Espírito Santo respondia por menos de 2% da produção de petróleo do Brasil. Em 2012, 10 anos depois, o Estado passou a responder por mais de 15%, sendo o segundo maior produtor do País. Por conta desse crescimento da produção de petróleo, que passou a ser um ativo importante na nossa economia, de maneira muito responsável, o governador Renato Casagrande, no seu primeiro governo (2011-2014), demandou à equipe a construção de um fundo para poupar recursos do petróleo, a fim de investir no desenvolvimento do Espírito Santo", relembra Pablo Lira, diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Curiosidade

“A ideia do Fundo Soberano começou a ser semeada aqui no Espírito Santo de maneira mais consolidada no primeiro mandato do governador Renato Casagrande, de 2011 a 2014. Mais precisamente entre 2012 e 2013. Em 2014, já havia uma minuta de projeto de lei. Na época, eu era diretor técnico no IJSN e participei da equipe, que envolveu técnicos do Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) e das secretarias de Estado de Economia e Planejamento, da Fazenda e de Governo.

Esse grupo discutiu e buscou experiências positivas no mundo para conceber o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. Nós do IJSN participamos utilizando um estudo com indicadores, análises de conjuntura, análises macroeconômicas e essa análise de benchmark que identificou em Singapura e na Noruega exemplos positivos de fundos soberanos.

O Fundo Soberano estava pronto para ser lançado, mas 2014 foi um ano eleitoral e não era muito propício para essas matérias tramitarem na Assembleia Legislativa. Quando Casagrande retornou ao governo, em 2019, ele retomou esse projeto e implementou o Fundo Soberano.”

***Pablo Lira,** diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves*

Destaque

O que é fundo soberano

“Fundo soberano é um instrumento financeiro adotado por alguns países ou governos cujo objetivo é reservar uma parte dos recursos do petróleo para gerações futuras. São normalmente países que têm muita produção de petróleo, como é o caso de Singapura. A lógica é que o recurso do petróleo não pertence somente à atual geração. Por que eu tenho o direito de explorar essa riqueza do planeta hoje e as gerações futuras não podem ter acesso à riqueza que o petróleo gera no mundo? A ideia é que, em tese, as gerações futuras também precisam ter o direito de usufruir dessa riqueza. Aí é criado um fundo que vai fazer esse recurso render, que vai se capitalizando para as gerações futuras decidirem o que farão com esse recurso.

O do Alasca, por exemplo, é 100% voltado para a educação. Todo o dinheiro reservado ao Fundo Soberano do Alasca é aplicado nos estudantes para que eles estudem fora, no mundo inteiro, façam graduação, pós-graduação, mestrados, doutorados, e levem os conhecimentos para o Alasca.

Todos os fundos soberanos têm uma coisa em comum: o objetivo de superar a dependência em relação à economia do petróleo. No resto, cada

um tem um tipo de aplicação. O fundo da Noruega não tem nenhum investimento dentro da Noruega e é muito focado em aplicação financeira, sendo um dos maiores credores dos títulos públicos americanos. O fundo de Singapura aplica muito no mercado financeiro, mas também em infraestrutura. O maior acionista da Aegea, uma das maiores empresas de saneamento básico do Brasil, é o fundo de Singapura.

Cada fundo tem uma forma de aplicar o dinheiro. E nós aqui resolvemos fazer um modelo híbrido: uma parte do dinheiro fica aplicada para a poupança intergeracional e outra parte vai para investimentos em empresas de inovação, com práticas ESG (ambiental, social e governança) e em projetos de transição energética."

***Tyago Hoffmann,** secretário de Estado do Governo à época da criação do Fundo Soberano e um dos idealizadores do modelo capixaba*

A vitória judicial e o acordo do Parque das Baleias

A base financeira que permitiu a capitalização inicial do Funses se formou a partir de uma vitória jurídica e administrativa estratégica de proporções históricas. No primeiro mandato do governador Renato Casagrande, entre 2011 e 2014, a administração estadual identificou discrepâncias técnicas na classificação do complexo petrolífero conhecido como Parque das Baleias, situado na Bacia de Campos, no litoral Sul capixaba.

À época, a Petrobras tratava a área geológica como múltiplos campos de exploração distintos (Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Mangangá, Pirambu e Jubarte). O Espírito Santo, apoiado por estudos técnicos robustos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), argumentou que a realidade geológica constituía um único e massivo campo – o campo de Jubarte.

Essa distinção técnica carregava implicações fiscais profundas. Pela legislação brasileira, a participação especial (PE) é uma compensação financeira extraordinária cobrada sobre campos de alta produtividade e rentabilidade. Ao se fragmentar a área em campos menores, os volumes de produção de cada unidade permaneciam, muitas vezes, abaixo dos gatilhos que acionam as alíquotas mais altas de PE.

Pela tese do Estado, a unificação aumentaria drasticamente o volume de produção contabilizado, disparando o pagamento de participações especiais significativamente maiores aos cofres públicos. Após uma vitória administrativa inicial junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e subsequentes disputas judiciais e arbitrais iniciadas pela Petrobras, uma conciliação histórica foi alcançada em abril de 2019. Este acordo, mediado com a participação da Advocacia-Geral da União (AGU), oficializou a unificação dos campos sob o novo Campo de Jubarte.

"Quando nós já estávamos com essa conciliação devidamente resolvida, mas antes ainda de sair a decisão mesmo, antes de ela ser assinada, o governador me chamou e falou: 'Lembra daquela história? Vai acontecer agora. Nós vamos receber R$ 1 bilhão de atrasados e milhões a mais por mês. E eu queria que esse dinheiro fosse considerado um recurso extra, que nós não contássemos com ele no orçamento, que déssemos um uso'. E eu sugeri então retomar a ideia do Fundo Soberano", relembra Tyago Hoffmann, secretário de Estado do Governo à época da criação do Fundo Soberano e atual secretário de Estado da Saúde.

Ele conta que o governador gostou da ideia e foram criados dois fundos. Com o dinheiro dos atrasados, foi feito um fundo de infraestrutura. E o valor que passaria a entrar mensalmente teria uma parte considerável reservada para compor as receitas do Fundo Soberano.

Com uma proposta fundamentada e amplamente discutida, a matéria foi aprovada em 2019 pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). "O resultado da votação não surpreen-

deu, porque o projeto passou por um debate intenso dentro da Casa. Os deputados apresentaram mais de 60 emendas e fizeram uma análise detalhada do texto. No dia 10 de junho de 2019, o plenário aprovou a proposta por unanimidade, mostrando que o debate já estava maduro e que a maioria das dúvidas já havia sido respondida antes da votação", destaca o deputado Marcelo Santos, presidente da Assembleia Legislativa em 2025, que ocupava o cargo de vice-presidente na época da aprovação.

O governador Renato Casagrande sanciona a lei que criou o Fundo Soberano do Espírito Santo (Foto: Divulgação/Governo do ES)

Depoimentos

“Por um lado, eu diria que sem querer nós demos sorte de a Assembleia não ter votado aquele Fundo Soberano lá em 2014. Porque quando nós voltamos para o governo em 2019, fizemos um modelo muito mais moderno e mais bem estudado.”

***Tyago Hoffmann,** secretário de Estado do Governo à época da criação do Fundo Soberano e atual secretário de Estado da Saúde*

“A decisão do governo do Estado em relação às participações especiais é muito única e sinalizadora de um bom exemplo que deve ser seguido em termos de finanças públicas estaduais. O Estado pode fazer isso porque organizou sua situação fiscal e financeira ao longo dos anos. Sabia exatamente o que gastar. Eu gasto aquilo que eu arrecado, eu não gasto mais do que o recurso que eu tenho. Certamente, é um exemplo único que, hoje em dia, virou até um *benchmark* em termos nacionais. É parte de uma boa gestão de finanças públicas, gestão fiscal e financeira do Estado ao longo do tempo, e isso que dá valor para a sociedade capixaba.”

***Marcelo Santos,** deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo*

ALES
Assembleia Legislativa
do Espírito Santo

Home > Notícias > Exibição da Notícia

Fundo Soberano e o de Infraestrutura aprovados

Deputados cobraram transparência quanto ao uso dos recursos que serão recebidos pelo Estado

Por Nicolle Expósito 10/06/2019 - 19h21

Matérias foram aprovadas por unanimidade / Foto: Tati Beling

Sob pedidos de mais transparência quanto ao uso dos recursos bilionários foram aprovados, na sessão desta segunda-feira (10), os projetos do Poder Executivo que criam o Fundo Soberano e o Fundo de Infraestrutura no Estado. Apesar da aprovação de todos os presentes no plenário, deputados manifestaram preocupação quanto à transparência sobre a gestão dos dois fundos. A votação foi acompanhada do plenário pelos secretários da Casa Civil, Davi Diniz, e de Governo, Tyago Hoffmann. Mais tarde, parlamentares comentaram as matérias acatadas.

O impacto financeiro e a decisão política

O acordo de 2019 resultou no pagamento de aproximadamente R$ 1,57 bilhão em valores retroativos ao Espírito Santo, pelo período de quatro anos, além de projetar um aumento substancial nas receitas mensais futuras de participação especial.

Foi nesse momento crítico que a gestão estadual tomou uma decisão que divergiu do padrão político tradicional brasileiro. Em um ambiente em que receitas extraordinárias são tipicamente absorvidas para cobrir despesas correntes, folha de pagamento ou obras de infraestrutura de curto prazo com alto retorno eleitoral, a administração optou pela restrição fiscal.

A Lei Complementar Nº 914, sancionada em 17 de junho de 2019, estabeleceu formalmente o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. A legislação definiu que o Fundo seria alimentado por uma parcela significativa das receitas de *royalties* e participações especiais, criando um mecanismo de acumulação de capital contínuo enquanto durar a exploração petrolífera.

Destaque

O Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funses) foi estabelecido pela Lei Complementar Nº 914, sancionada em 17 de junho de 2019

A DIVISÃO

Fonte de receita	Percentual destinado ao Funses	Objetivo estratégico
Royalties de petróleo	**40%** (variável conforme resolução anual)	Mitigar a volatilidade da receita corrente e criar reserva
Participação especial	**15%** (variável conforme resolução anual)	Capturar a renda extraordinária de campos de alta produtividade
Ressarcimento retroativo	**Parcela significativa do acordo de 2019**	Capitalização inicial robusta do Fundo

02

CAPÍTULO

Governança e transparência

Governança e transparência

No universo das finanças públicas, existe um axioma não dito, mas amplamente conhecido: dinheiro em caixa sem destino carimbado é um convite ao gasto imediato. A pressão por obras, o clamor por reajustes salariais e a necessidade de vitrines políticas em anos eleitorais exercem uma força gravitacional poderosa sobre qualquer gestor. Ao criar um fundo com bilhões de reais em caixa, o Espírito Santo sabia que estava acumulando um tesouro que poderia despertar cobiça. O desafio, portanto, era encher o cofre e trancá-lo de tal forma que a chave não ficasse na mão de um único dono.

O sucesso do Fundo Soberano do Espírito Santo reside tanto na sua engenharia financeira quanto na sua arquitetura de governança. Foi preciso criar um sistema de freios e contrapesos que protegesse o recurso de desvios éticos – a corrupção clássica – e também do desvio de finalidade política, onde o dinheiro é gasto legalmente, mas de forma ineficiente ou populista.

O conselho de guardiões

A primeira linha de defesa do Funses é o seu modelo de decisão colegiada. Diferentemente de um orçamento secreto ou de verbas discricionárias de um único secretário, nada sai do Fundo Soberano sem o aval do Conselho Gestor do Fundo Soberano (Cogef). Este colegiado reúne os secretários de Estado de Desenvolvimento, Fazenda, Economia e Planejamento, Governo, além de representantes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e dos bancos estatais Banestes e Bandes.

Ricardo Pessanha, que presidiu o Cogef e participou da concepção jurídica do Fundo, descreve a robustez desse desenho, destacando que a decisão de investimento não é monocrática. Ela passa por um crivo técnico, jurídico e estratégico antes de qualquer real ser liberado.

A lógica da gestão compartilhada

Para operacionalizar o Fundo, o Estado evitou a concentração de poder. Adotou-se uma gestão compartilhada entre duas instituições financeiras estatais, cada uma com uma missão clara e distinta, criando uma segregação de funções saudável.

Destaque

OS DOIS PILARES DO FUNSES

1. Poupança intergeracional:

Gerida pelo Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), esta porção do fundo atua como uma reserva soberana clássica. Seu mandato primário é a preservação e multiplicação do capital por meio de instrumentos financeiros conservadores e de baixo risco. O objetivo é construir um "colchão fiscal" que proteja o Estado contra choques econômicos futuros, quedas drásticas no preço do barril de petróleo ou o eventual esgotamento das reservas físicas. A legislação inclui mecanismos rígidos de bloqueio *(lock-in)*, impedindo o saque desses recursos para despesas ordinárias, blindando o capital contra ciclos políticos e garantindo sua disponibilidade apenas para crises extremas ou após um longo período de maturação, projetado para beneficiar gerações que viverão num Espírito Santo pós-petróleo.

2. Desenvolvimento econômico:

Gerida pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), esta vertente é proativa e transformadora. Opera por meio de instrumentos de *equity* (participação acionária) e *debt* (dívida/debêntures), tratando o Estado como um investidor que exige retorno financeiro e social. O objetivo é catalisar novas matrizes econômicas, focando especificamente em setores que reduzam a dependência da cadeia de óleo e gás. O estatuto do Fundo proíbe explicitamente o reinvestimento na cadeia de petróleo, forçando uma diversificação real da economia.

No braço do desenvolvimento econômico, em que o Fundo Soberano atua como investidor em projetos transformadores, o Bandes conta com gestoras privadas especializadas, que foram selecionadas por edital: Quartzo Capital, responsável pela gestão financeira e seleção de ativos; ACE Ventures, encarregada da aceleração das *startups*; e BTG Pactual Asset Management, gestora do Fundo de Descarbonização.

Depoimento

“O Fundo Soberano é de extrema importância para a economia do Espírito Santo, em prol do desenvolvimento e da geração de renda. Além disso, os investimentos realizados no Banestes são diretamente usufruídos pelos capixabas, pois o lucro retorna ao próprio Estado, seu acionista majoritário, que reinveste em políticas públicas em prol de toda a sociedade.”

***José Amarildo Casagrande,** presidente do Banestes*

Transparência radical: o antídoto contra a desconfiança

Em uma democracia, a confiança é a moeda mais valiosa. Para que a sociedade capixaba aceitasse que o governo guardasse bilhões enquanto demandas sociais existiam, foi preciso abrir a caixa-preta. O Espírito Santo, que já ostenta o título de Estado mais transparente do Brasil em diversos rankings, aplicou essa filosofia ao Funses.

Foi criado um site de transparência dedicado, que pode ser acessado no endereço fundosoberano.es.gov.br, onde qualquer cidadão pode acompanhar, praticamente em tempo real, o saldo do Fundo, os rendimentos das aplicações e o destino dos investimentos. **"Se eu entrar no site agora, eu sei qual é o valor do Fundo Soberano. Ter transparência com uma boa governança certamente é um dos grandes diferenciais do Fundo"**, destaca Marcelo Saintive, diretor-presidente do Bandes.

Essa transparência é um requisito para a credibilidade internacional. No ranking do Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS), que considerou o Fundo Soberano do Espírito Santo o melhor da América Latina e terceiro melhor do mundo, um dos pontos que catapultou o Funses para o topo foi o fato de ser o único da região a possuir um Código de Conduta publicamente disponível e verificável. O modelo capixaba opera sob a luz do sol, permitindo que órgãos de controle (Tribunal de Contas, Ministério Público) e a sociedade civil fiscalizem cada passo.

A inteligência por trás da decisão: o papel do IJSN

Governança não é apenas evitar o malfeito; é também garantir a eficiência. Não basta não desviar, é preciso não desperdiçar. Para garantir que o dinheiro do Fundo seja alocado onde ele trará o maior retorno social e econômico, o Funses conta com um "cérebro" auxiliar: o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Pablo Lira, diretor-geral do IJSN, define a instituição como a "casa da inteligência pública" do Estado. **"O Instituto Jones conhece o Espírito Santo. Temos técnicos altamente qualificados. Dificilmente teremos um instituto nacional ou internacional que conheça tão bem o Espírito Santo quanto os pesquisadores daqui"**, afirma Lira.

O IJSN fornece os subsídios técnicos – dados, diagnósticos, avaliações de impacto – que orientam as decisões do Cogef. Se o Conselho decide investir em descarbonização, não é por um "achismo", mas porque estudos do IJSN, alinhados ao Plano de Descarbonização e ao Plano ES 500 Anos, mostram que essa é uma necessidade crítica e uma oportunidade econômica.

Lira vê o papel do Instituto como o de um "guardião técnico" das políticas de Estado.

"Por meio da ciência, conseguimos um antídoto para esses atores políticos e governantes que não têm responsabilidade e um compromisso com as futuras gerações".

reflete. Ao basear as decisões em evidências científicas e dados robustos, o Funses se protege contra o voluntarismo político de curto prazo.

Um pacto de integridade

A estrutura de governança do Funses – com seu conselho deliberativo, gestão compartilhada, parceiros privados selecionados por edital, suporte científico do IJSN e transparência ativa – forma um ecossistema de integridade. Foi essa estrutura que permitiu ao Fundo atravessar mudanças de gestão na diretoria dos bancos e nas secretarias sem sofrer descontinuidade.

A governança é a ferramenta que transforma promessa abstrata em uma realidade administrativa concreta, garantindo que o Fundo Soberano continue servindo aos interesses dos capixabas muito depois de seus criadores deixarem a vida pública.

03

CAPÍTULO

Arquitetura institucional: um modelo híbrido de poupança e desenvolvimento

Arquitetura institucional: um modelo híbrido de poupança e desenvolvimento

O petróleo é uma riqueza traiçoeira. Ele jorra com a promessa de prosperidade imediata, inunda os cofres públicos com *royalties* e participações especiais, mas carrega em sua composição química uma sentença inevitável: a finitude. Para muitos gestores públicos, a tentação de utilizar esses recursos abundantes para resolver problemas urgentes do presente – tapar buracos orçamentários, pagar folhas salariais ou realizar obras de grande visibilidade eleitoral – é irresistível. No entanto, o Espírito Santo escolheu caminhar na contramão dessa lógica imediatista.

Ao instituir o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funses), o governo estadual criou uma conta de poupança e estabeleceu uma nova doutrina de governança subnacional. O conceito central do Funses rompe com a tradição brasileira de gestão de receitas de *commodities*. Em vez de tratar os *royalties* como receita corrente para custeio da máquina, o Estado passou a encará-los como o que realmente são: a monetização de um ativo físico que, uma vez extraído do subsolo capixaba, desaparece para sempre. A lógica, portanto, se tornou a de "troca de ativos": trocar o petróleo (ativo finito e poluente) por inovação, tecnologia e sustentabilidade (ativos infinitos e limpos).

E quando a equipe econômica do governo, liderada pelo Grupo de Trabalho (GT) em 2019, se

debruçou sobre as pranchetas para desenhar o Fundo, os olhos estavam voltados para o exterior. A Noruega, com seu trilionário *Government Pension Fund Global*, e Singapura, com o GIC, eram as referências óbvias de sucesso. Contudo, uma cópia literal seria desastrosa.

Ricardo Pessanha, então subsecretário de Estado de Governo e coordenador do GT que estruturou a lei do Fundo Soberano, recorda o dilema técnico. **"Todos os fundos soberanos que nós investigamos, em especial os mais bem-sucedidos, tinham como missão simplesmente multiplicar seu capital"**, explica.

O entendimento do governador Renato Casagrande, segundo o então subsecretário, era de que o Estado não podia se dar ao luxo de fazer um fundo soberano só com a missão de gerar poupança intergeracional. **"Ele defendia que parte desse recurso precisava retornar, pelo menos em médio prazo, em forma de investimento e atração de investimento para o Estado"**, completa Ricardo Pessanha.

Nasceu assim o modelo híbrido capixaba, uma inovação institucional sem precedentes na América Latina. O Funses foi desenhado para operar em dois trilhos simultâneos: poupança geracional, gerida pelo Banestes, e desenvolvimento econômico estratégico, sob responsabilidade do Bandes.

A arquitetura híbrida permite que o Funses atue simultaneamente como um escudo contra a volatilidade e uma espada para a transformação econômica. A governança é assegurada pelo Conselho Gestor do Fundo Soberano (Cogef), que define as diretrizes de investimento e garante a aderência aos princípios de transparência e responsabilidade fiscal.

Depoimento

“Não fomos ao exterior, mas o Fundo Soberano de Singapura tem um escritório no Brasil e o fundo da Noruega mandou uma equipe inteira para cá. Nós fizemos uma série de estudos técnicos e um grande seminário no Palácio Anchieta. Formamos dois grupos. Um grupo decisório, que tinha os secretários, e um grupo técnico de trabalho, que tinha as equipes técnicas de todas as secretarias envolvidas, encarregado de fazer os estudos de todos os fundos soberanos existentes, inclusive o Fundo Soberano do Governo Federal Brasileiro, que não estava funcionando, mas existia. Conseguimos pegar, na minha opinião, aquilo que tem de melhor no mundo para fazer o nosso Fundo Soberano aqui.”

***Tyago Hoffmann,** secretário de Estado do Governo à época da criação do Fundo Soberano e atual secretário de Estado da Saúde*

Tyago Hoffmann, juntamente com integrantes do governo do Estado, apresenta projeto do Fundo Soberano do Espírito Santo para representantes do Fundo Soberano da Noruega

Depoimento

"Todas as referências de fundo soberano que existiam no mundo eram fundos soberanos de países. Não existia nenhum infranacional, nenhum Estado ou província que tivesse criado um fundo soberano.

Nós começamos a debater, a achar o mecanismo de como isso poderia ser feito. Tivemos reuniões com representantes do Fundo Soberano da Noruega, representantes do Fundo Soberano de Singapura. Estudamos a melhor literatura econômica sobre fundos soberanos no mundo. Estudamos e criamos os parâmetros dessa legislação. Foi um trabalho bastante interessante e longo, demoramos três meses.

A criação da legislação foi do zero. Nós não tínhamos um paradigma, não tínhamos um modelo para fazer um **'Ctrl-C + Ctrl-V'.** O Brasil já teve um fundo soberano que não funcionou, e fomos tentar entender o porquê. Descobrimos que ele não funcionou porque a governança foi fraca, pois era permitido que o Poder Executivo federal o utilizasse de uma forma muito solta, a qualquer sinal de dificuldade que precisasse de recursos. Colocaram poucas travas.

O governador fez questão de que o Fundo Soberano do Espírito Santo tivesse seus recursos protegidos. Criamos uma regra que depois de um tempo específico, parte do recurso pode voltar ao Estado, mantendo o capital principal – ou seja, o Estado só vai poder, em casos de necessidade, se utilizar de parte dos rendimentos desse fundo."

***Ricardo Pessanha,** ex-subsecretário de Estado do Governo para Assuntos Administrativos*

Os guardiões e os desbravadores

A estrutura operacional do Funses foi desenhada para separar claramente as duas almas do fundo. De um lado, o Banestes assumiu o papel de guardião da poupança intergeracional. Sua missão é conservadora: proteger o capital, garantindo que o dinheiro reservado para o futuro renda acima da inflação, blindado das intempéries do mercado. É o cofre-forte.

Do outro lado, o Bandes recebeu a missão de ser o motor da atividade produtiva. Mas não como um banco de fomento tradicional que apenas empresta dinheiro e cobra juros. O desafio imposto ao Bandes foi o de se transformar em um *player* moderno de mercado, atuando com instrumentos de *private equity* e *venture capital* nos investimentos em inovação.

Para liderar essa transformação no Bandes, o governo trouxe nomes de peso, como Marcelo Saintive, ex-secretário do Tesouro Nacional que tomou posse como diretor-presidente do Bandes em 2023 e mescla, em sua trajetória, a rigidez das finanças públicas federais com a dinâmica do setor privado.

A regra de ouro: o divórcio do petróleo

Se o dinheiro vem do petróleo, para onde ele deve ir? A resposta do governo foi categórica e transformada em regra legal: para qualquer lugar, exceto para o próprio petróleo. A legislação do Funses proíbe expressamente o reinvestimento dos recursos na cadeia de óleo e gás.

Essa vedação não é um ato de hostilidade a um setor vital para a economia capixaba. É uma medida de prudência econômica de longo prazo. Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento, ilustra a urgência dessa diversificação com dados frios: **"Quando nós olhamos para a atividade de exploração de petróleo e gás natural no Espírito Santo, percebemos que ano a ano ela vem caindo. Já saímos de 320 mil barris ao dia para 152 mil em 2025. O esgotamento desse ativo natural tem um tempo determinado"**, afirma.

O objetivo do Funses, portanto, é financiar a "saída" da dependência fóssil. É usar a riqueza de hoje para construir a economia de amanhã, focada em inovação, energias renováveis e indústria 4.0. **"Nós temos que diversificar a economia. O Estado, hoje, atrai muita empresa por incentivos tributários, mas com a Reforma Tributária, esses incentivos acabam em 2032. Precisamos criar outros chamarizes"**, analisa Ricardo Pessanha. O Fundo Soberano atua como esse novo ímã, atraindo negócios pela disponibilidade de capital para inovação.

Depoimento

“O governo do Estado poderia utilizar livremente os 45% das receitas de *royalties* e os 15% da participação especial que ingressam mensalmente nos cofres públicos para financiar diversas políticas. No entanto, optou por uma decisão responsável e orientada ao futuro, reservando esses recursos para a constituição do Fundo Soberano. Desse total, 60% são destinados à poupança intergeracional, assegurando que as riquezas provenientes de recursos não renováveis beneficiem também as futuras gerações, enquanto os 40% restantes são direcionados ao fortalecimento e à diversificação das cadeias produtivas do Espírito Santo, com o objetivo de consolidar novas bases econômicas capazes de sustentar o desenvolvimento do Estado no período pós-*royalties*.”

***Álvaro Duboc,** secretário de Estado de Economia e Planejamento*

Pioneirismo e contraste federativo

A criação do Funses em 2019 colocou o Espírito Santo em uma posição solitária e vanguardista no cenário federativo brasileiro. Enquanto outros Estados produtores de petróleo lutavam para securitizar receitas futuras de *royalties* para pagar dívidas passadas ou cobrir déficits previdenciários, o Espírito Santo poupava.

Marcelo Saintive destaca o diferencial do Estado de usar os recursos públicos para investimentos sustentáveis. **"Quando eu olho as finanças públicas de outros Estados, isso é muito raro. E esse recurso público bem direcionado consegue atrair empresas que vão gerar divisas, recursos e a famosa geração de emprego e renda para a sociedade capixaba. A outra questão é que, ao pensar em recursos públicos dessa natureza, é preciso se perguntar: como eu vou aumentar a produtividade dessas empresas capixabas? Como eu vou, na verdade, induzi-las a se tornarem mais sustentáveis? Tudo isso é feito por meio do Fundo Soberano"**, ressalta.

Fato é que o pioneirismo do Espírito Santo exigiu coragem política. Em um País carente de infraestrutura e serviços, a decisão de guardar dinheiro é politicamente arriscada. A oposição, à época, questionou a validade de reter bilhões enquanto demandas sociais existiam. Contudo, a gestão bancou a tese de que a responsabilidade fiscal é a maior política social de longo prazo.

"O governador poderia pegar esse recurso, botar no caixa do tesouro e fazer obra 'a rodo', inundar as prefeituras com dinheiro e garantir a perpetuidade política. Mas ele foi desprendido. Disse: 'Isso aqui não é um projeto de governo; é um projeto de Estado'", relata Ricardo Pessanha sobre os bastidores da decisão.

Depoimento

“O Fundo Soberano é um projeto que o governador pensou para 25, 30 anos adiante, quando, de fato, teremos outra geração de capixabas e não teremos certeza de como a economia estará. Projetamos e desejamos que a economia esteja bem, mas no caso de uma necessidade, de uma calamidade econômica, financeira, o Estado tem ali um colchão que pode ser usado. É a proposta da poupança. Mas pelo outro lado, que é o do investimento, trabalhamos com essa hipótese de que, ao fortalecer a economia capixaba e fomentar a inovação, nunca seja necessário tirar o dinheiro do Fundo Soberano para prestar socorro financeiro ao caixa do Estado.”

***Ricardo Pessanha,** ex-subsecretário de Estado do Governo para Assuntos Administrativos*

A exigência da sede fiscal: importando inteligência

Um dos pilares mais eficazes do conceito do Funses é a exigência de sede fiscal no Espírito Santo. Para receber investimento do Fundo, uma *startup* ou indústria não precisa ter nascido em solo capixaba, mas precisa, obrigatoriamente, transferir seu domicílio fiscal e suas operações estratégicas para o Estado.

Essa regra, considerada inegociável, transformou o Funses em uma ferramenta de atração de empresas. Não se trata apenas de emprestar dinheiro, mas de importar CNPJs, cérebros e arrecadação. O Estado deixa de ser um mero financiador para se tornar um sócio que exige a presença do parceiro. **"Queremos trazer as empresas para cá. Elas podem até fazer investimentos fora, mas a sede tem que ser aqui. O objetivo é desenvolver o perfil econômico que nós desejamos para a economia capixaba"**, enfatiza o governador Renato Casagrande.

Ao exigir a sede local, o Fundo cria um efeito multiplicador. A empresa investida contrata advogados locais e contadores locais, aluga escritórios e consome serviços de tecnologia da região. É a materialização do conceito de "arrasto econômico", em que o capital do petróleo irriga toda uma cadeia de serviços qualificados, retendo talentos que, de outra forma, migrariam para outros centros, como São Paulo ou o exterior.

Em suma, o conceito do Funses transcende a matemática financeira. Ele é uma declaração de princípios: o Espírito Santo recusa a "maldição dos recursos" e utiliza sua riqueza finita para comprar seu lugar no futuro.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

O Fundo Soberano é uma demonstração de que o Estado tem capacidade de planejar pensando num prazo médio e num prazo mais longo. E que é possível pensarmos para além dos quatro anos de mandato.

Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

Depoimento

“O petróleo é um recurso finito. Ele vai acabar um dia. E quando o governo do Estado toma a decisão de criar um Fundo Soberano, ele deixa claro que nós temos que pensar nas próximas gerações. É como o orçamento da nossa casa: precisamos ter uma reserva. Outra vantagem é que o Fundo é compartilhado com os municípios. O governo é municipalista e incentiva investimentos em inovação por todo o Espírito Santo, pois é nos municípios que as pessoas vivem de verdade.”

***Bruno Lamas,** secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional*

04

CAPÍTULO

Um modelo de negócio: o Estado como sócio

Um modelo de negócio: o Estado como sócio

Historicamente, a relação entre o Estado e o setor produtivo no Brasil oscilou entre dois extremos: o de mero arrecadador de impostos e regulador burocrático, ou o de financiador paternalista a fundo perdido. Ao desenhar a engenharia financeira do Fundo Soberano, o Espírito Santo decidiu que nenhum desses papéis seria suficiente para a transformação desejada. Era necessário criar uma terceira via, mais sofisticada e arrojada: o Estado precisava se tornar, literalmente, sócio do risco e do sucesso.

Essa mudança de mentalidade exigiu uma arquitetura institucional inovadora. Não bastava ter o dinheiro dos *royalties*; era preciso saber como injetá-lo na economia sem que ele se perdesse em ineficiências ou fosse capturado por interesses políticos.

Depoimento

“O maior desafio que o Bandes tem é pensar para além do crédito tradicional, cotidiano, de emprestar o dinheiro para algum empreendedor, para algum projeto específico. Ao gerir um fundo e tornar o banco um *Green Bank*, que fomenta o ecossistema de inovação e sustentabilidade, é preciso lançar outros instrumentos financeiros de dívida ou capital que ajudem a modernizar o banco e a própria economia capixaba.”

***Marcelo Saintive,** diretor-presidente do Bandes*

A lógica do *venture capital*

O grande diferencial do Funses 1, a primeira carteira de investimentos lançada, com foco em inovação, foi a decisão de aportar R$ 250 milhões em *venture capital* (capital de risco). Nesse modelo, o Estado não empresta dinheiro para a empresa pagar de volta em parcelas mensais. O Estado compra uma "fatia" da empresa (*equity*), se tornando sócio minoritário.

Jales Cardoso, subsecretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, traduz essa operação para uma linguagem acessível: "O governo compra uma participação societária. Ele se torna sócio de uma *startup*, com um ciclo de investimento de 10 anos. São anos de investimento e depois o desinvestimento, quando há o retorno do capital com o lucro esperado no tempo. É um negócio".

Essa abordagem altera a percepção de valor do empresário local. **"Ter o selo do governo do Estado como sócio injeta capital e confere uma solidez fiscal e tranquilidade para o empresário negociar, vender seu produto e inovar"**, completa Jales.

O ciclo de vida desse investimento é meticulosamente planejado. Durante os primeiros anos, o Fundo aporta capital e suporte estratégico para que a empresa cresça exponencialmente. Quando a empresa atinge a maturidade (o chamado *scale-up*), o fundo realiza o desinvestimento – ou *exit*, quando vende sua participação (para outros investidores ou na bolsa de valores) e recolhe o lucro. Esse lucro retorna integralmente para o Fundo Soberano, realimentando o ciclo para financiar a próxima geração de empreendedores. É um mecanismo financeiro de "porta-giratória": o sucesso de hoje financia a inovação de amanhã.

Gestão privada

Um dos maiores riscos de fundos públicos é a politização das escolhas de investimento – o perigo de financiar "amigos do rei" ou projetos sem viabilidade econômica. Para eliminar esse risco, o Espírito Santo implementou uma muralha de governança. Embora o dinheiro seja público e as diretrizes estratégicas sejam definidas pelo Conselho Gestor (Cogef), a escolha técnica de qual empresa receberá o investimento não é feita por políticos ou servidores públicos.

O Bandes realizou uma chamada pública rigorosa para selecionar gestoras privadas especializadas. As vencedoras para o Funses 1 foram a Quartzo Capital (anteriormente TM3 Capital), responsável pela gestão financeira e seleção de ativos, e a ACE Ventures, encarregada da aceleração das *startups*.

Marcelo Saintive destaca a inteligência dessa parceria público-privada: **"O gestor privado entende mais o mercado de capital e, portanto, ele vai achar os projetos que são viáveis. Em contrapartida, o ente público, o Bandes, sabe melhor pensar e desenhar a política pública. Você transfere parte da sua política para um gestor privado, mas sempre supervisionado com os olhos do retorno que essa política vai dar para a sociedade",** explica.

Renato Casagrande reforça essa diretriz de distanciamento da gestão cotidiana das empresas: “Não temos interesse, nem queremos participar e não participamos de nenhuma gestão de empresa. A responsabilidade da gestora é selecionar bons negócios para o Fundo Soberano”, afirma o governador. Isso garante que uma *startup* de Colatina ou de Cachoeiro de Itapemirim seja escolhida puramente pelo seu potencial de inovação e escalabilidade, e não por indicações políticas.

VHTPPR
whitepaperdocs

HOME INOVAÇÃO COLABORAÇÃO DIVERSIDADE EMPREENDEDORISMO WHITEPAPERS OUTROS

Início » Estado formaliza fundo de R$ 250 milhões para acelerar até 500 empresas

INOVAÇÃO

Estado formaliza fundo de R$ 250 milhões para acelerar até 500 empresas

Por João Vitor Castro — 22 de março de 2022 Leitura de 5 minutos

Na última sexta-feira, 18 de março, o governo do Espírito Santo, por meio do Banco de Desenvolvimento do Estado (Bandes), formalizou o contrato com a empresa TM3 Capital para a gestão do Fundo de Investimento em Participação (FIP), um novo fundo ligado ao Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funses), que já existe desde 2019. Esses fundos atuam buscando desenvolver novos negócios no Estado com base nas receitas advindas da exploração do petróleo e do gás natural, e são um passo significativo para a evolução do ecossistema de inovação capixaba.

A TM3 foi selecionada para gerir o FIP por meio de uma chamada pública, e vai ficar responsável por estruturar o FIP Funses 01, um fundo na modalidade venture capital multiestratégia. Essa modalidade consiste no investimento em empresas de pequeno ou médio porte com alto potencial e velocidade de crescimento, para posteriormente vender as ações adquiridas, influenciando no estabelecimento da empresa no mercado.

O FIP Funses 01 tem um capital subscrito de R$ 250 milhões e é um dos maiores fundos do Brasil nessa categoria. Além disso, de acordo com o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico, Tyago Hoffmann, ele tem duração de 10 anos.

O risco calculado

Investir em inovação e *startups* envolve, por definição, risco. Algumas empresas vão falhar; é a natureza do *venture capital*. Como justificar isso para a sociedade e para os órgãos de controle? Tyago Hoffmann, que participou da arquitetura inicial do Fundo, explica a lógica de portfólio adotada para mitigar esse risco. **"O investimento em *venture capital* não precisa ser de risco (no agregado). Normalmente é um investimento de baixo valor individual, um 'cheque' pequeno. Se uma única *startup* der muito certo e virar um unicórnio (empresa de tecnologia de capital privado avaliada em mais de U$ 1 bilhão), ela compensa financeiramente as 10, 20 ou 30 que derem errado"**, exemplifica.

O Estado, portanto, não aposta todas as fichas em um único cavalo. Ele aposta no ecossistema. Ao investir em dezenas de *startups* simultaneamente, o Funses diversifica o risco e aumenta as chances de encontrar as empresas que transformarão a matriz econômica capixaba. Além disso, para cada real público investido, o modelo exige frequentemente contrapartidas ou atrai coinvestimentos privados, multiplicando o impacto do dinheiro do petróleo.

Esse modelo de negócio – Estado como sócio estratégico, gestão técnica privada e visão de longo prazo – é mais que uma inovação financeira; é uma evolução na cultura administrativa. O Espírito Santo deixou de ser apenas o cobrador de impostos para se tornar o parceiro que compartilha o risco da inovação, sinalizando ao mercado que o futuro da economia capixaba é uma construção conjunta.

Depoimento

"A ideia de investir em *startups* é espalhar conhecimento inovador no Estado. Quando se faz esse investimento, você está trazendo conhecimento técnico e espalhando a famosa rede de inovação de conhecimento científico de ponta para o Estado."

***Marcelo Saintive,** diretor-presidente do Bandes*

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

A responsabilidade da gestora é selecionar bons negócios para o Fundo Soberano. São empresas seguras, e lógico que é um investimento de risco. Quando você trabalha com inovação, você investe em uma *startup* que pode dar certo e pode não dar certo. Nós já investimos em empresas maduras que precisam de um aporte, nos associamos, e a ideia é, após um ciclo de 10 anos, começar a desinvestir, a vender nossa parte, para o recurso capitalizar de novo o Fundo.

Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

05

CAPÍTULO

Impulsionamento das *startups*: do petróleo ao unicórnio

Impulsionamento das *startups*: do petróleo ao unicórnio

A transformação de uma economia tradicional, baseada em *commodities* e indústria pesada, para uma economia do conhecimento não acontece por decreto. Ela exige uma mudança tectônica na forma como o capital flui e como o risco é percebido. No Espírito Santo, o epicentro desse abalo sísmico positivo foi o lançamento do Funses 1, o primeiro veículo de investimento do Fundo Soberano dedicado exclusivamente a inovação e tecnologia.

Com um aporte inicial de R$ 250 milhões, o Estado decidiu fazer algo inédito para um ente subnacional brasileiro: parar de apenas "dar" dinheiro a fundo perdido ou emprestar com juros, e começar a comprar o risco junto com o empreendedor. O governo capixaba se tornou, na prática, um *venture capitalista* (investidor que fornece capital de risco a *startups* em troca de participação societária). Essa mudança de postura – de fiscal para sócio – alterou a gravidade do ecossistema local, atraindo olhares, cérebros e CNPJs para o território capixaba.

Mundo Business
A coluna de Ricardo Frizera mostra as potencialidades econômicas regionais e os bastidores do mundo dos negócios.

Folha Business

Fundo Soberano do Espírito Santo prevê R$ 50 milhões em investimentos em 2025

O FUNSES! – Fundo de Investimentos em Participações, criado com recursos do Fundo Soberano do Governo do Espírito Santo, coordenado pelo Bandes – já investiu, desde a sua criação, em 2022, mais de R$ 70 milhões em 33 startups. O objetivo, segundo o gestor do fundo, é alcançar o número de 500 startups acelerar digitalmente e destinar mais de R$ 150 milhões em investimentos para empresas mais maduras. **Só em 2025, estão previstos cerca de R$ 50 milhões em investimentos**. Entenda.

Acompanhe o Folha Business no Instagram

"Nosso objetivo é mudar o perfil econômico e o futuro do Espírito Santo", afirma gestor

Criado com os royalties do petróleo e do gás natural extraídos em solo capixaba, **o Fundo Soberano do Espírito Santo direciona recursos para o desenvolvimento e diversificação econômica do estado**. Entre os projetos, o FUNSES! é destinado a empresas de tecnologia criadas no Espírito Santo, que tenha ou venha a ter investimentos no estado ou que tenha sede fiscal em território capixaba.

Marcel Malczweski, sócio da Quartzo Capital, que é a gestora responsável pelo FIP, explica que **a iniciativa é inédita no país e se diferencia por se tratar de um Fundo Soberano gerido por um estado**. Normalmente, iniciativas do tipo são adotadas por governos nacionais, tais como os fundos soberanos operados pelo Catar, Arábia Saudita e Noruega, por exemplo.

A engenharia da aceleração

Para operacionalizar essa visão, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) não tentou reinventar a roda dentro de gabinetes burocráticos. Com a humildade de quem reconhece a expertise alheia, o Estado contratou os melhores do mercado para gerir o dinheiro público com a agressividade e o rigor do setor privado. A Quartzo Capital (gestora de recursos) e a ACE Ventures (aceleradora) foram selecionadas para garimpar diamantes brutos no oceano de ideias que compõem o estágio inicial de *startups*.

O processo de seleção é impiedoso, mas justo. Não há "pistolão" ou indicação política que sobreviva à *due diligence* (diligência prévia) técnica de uma gestora regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os critérios são potencial de escala, inovação tecnológica e, inegociavelmente, impacto no Espírito Santo. A empresa não precisa ter nascido no Espírito Santo, mas precisa fincar raízes ali, gerando emprego qualificado e impostos para o Estado que a acolheu.

Depoimento

“Quando falamos de ciência, pesquisa, tecnologia, inovação, estamos falando de soberania nacional. Trazendo para a nossa realidade, estamos falando da nossa soberania. Temos um Estado forte, com uma indústria poderosa – rochas ornamentais, vidro, cerâmica, aço, tantas coisas. Mas quantas das nossas empresas estão preparadas para competir com o mundo globalizado – exceto, claro, as grandes multinacionais? As empresas fazem o papel delas, têm suas incubadoras, seus laboratórios, mas é uma responsabilidade do Estado fomentar, promover, ofertar, viabilizar a inovação tecnológica para que não fiquemos para trás.”

***Bruno Lamas,** secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional*

Takeat: a virada de chave

Nenhuma história ilustra melhor o poder catalisador do Funses do que a trajetória da Takeat. Fundada pelo engenheiro Miguel Carvalho, a *startup* propunha uma solução para a dor de cabeça de milhares de donos de restaurantes: a fragmentação tecnológica. Enquanto um restaurante médio precisava contratar cinco softwares diferentes para gerir pedidos, mesas, *delivery* e fidelidade, a Takeat oferecia tudo em uma única plataforma.

Mas ter um bom produto não é suficiente no brutal mercado de tecnologia. É preciso capital para queimar na fase de crescimento. Em 2022, a Takeat foi selecionada para a primeira turma de aceleração do Funses 1, recebendo um aporte de R$ 400 mil. Para uma empresa nascente, foi o oxigênio necessário. Mas, segundo Miguel, o dinheiro foi apenas a ponta do iceberg.

“Foi uma virada de chave”, relata Miguel. **“No Brasil, não é tão simples captar investimento. Quando tivemos o apoio do Fundo Soberano, conseguimos dar nossa primeira acelerada e profissionalizada”,** completa.

O efeito mais poderoso do investimento foi o selo de credibilidade. Quando o mercado soube que a Takeat havia passado pelo crivo técnico do Fundo Soberano e da ACE, a percepção de risco despencou. “Os investidores passam a nos ver como uma

empresa mais estruturada, com uma governança maior, uma *startup* mais séria", avalia o fundador.

Os resultados validaram a tese. Com o suporte estratégico, a Takeat cresceu exponencialmente, saindo de 50 para mais de 2 mil clientes em todo o Brasil. Um dado impressionante revela o impacto real da solução na economia: **"12% dos nossos novos clientes já são clientes atuais abrindo novas unidades. A tecnologia da Takeat torna os restaurantes tão mais eficientes e lucrativos que os donos se sentem seguros para expandir e abrir filiais"**, afirma.

A Takeat se prepara para voos que fariam os R$ 400 mil iniciais parecerem troco. A empresa recebeu R$ 14,3 milhões em uma rodada de investimentos com fundos internacionais, no inicio de 2026, em que o Funses participou apenas para manter sua posição. O Estado, que entrou no risco quando tudo era incerto, agora vê sua participação valorizada em mais de 30 vezes. É o ciclo virtuoso do *venture capital* aplicado ao interesse público.

Depoimento

“Antes de fundar a Takeat, fui garçom por seis anos. Cursei Eletrotécnica no ensino médio e Engenharia Civil na graduação. Minha tese de TCC (trabalho de conclusão de curso) foi dentro de uma hamburgueria. E, depois, essa hamburgueria se tornou a nossa primeira cliente.

Em 2025, alcançamos 2 mil clientes por todo o Brasil. Desses 2 mil clientes, 14% são aqui do Espírito Santo e 86% são de fora. E estamos trazendo riqueza para o Estado. Porque esses restaurantes nos remuneram e nós geramos trabalho aqui no Estado.

Começamos em 2020 e o nosso primeiro contato com o Fundo Soberano foi em 2022. Estávamos na primeira turma. O valor da empresa nesses últimos três anos cresceu mais de 10 vezes e estamos fechando uma rodada de investimento com fundo internacional.”

***Miguel Carvalho**, fundador da Takeat*

Abdo Filho

Bastidores e informações exclusivas e relevantes sobre os negócios e a economia do Espírito Santo

Inovação

Startup do ES cresce dez vezes após receber aporte do Fundo Soberano

Fundada em 2020, a Takeat criou uma plataforma para a gestão de bares e restaurantes, agregou valor ao produto e está crescendo com muita força

Abdo Filho
afilho@redegazeta.com.br

Publicado em 03/07/2024 às 17h34

A Takeat, startup capixaba que criou uma plataforma para a gestão de restaurantes, recebeu, em 2022, um aporte de R$ 400 mil do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. De lá para cá, a empresa ganhou muita tração e viu seu faturamento crescer 10 vezes. Para 2024, a receita esperada é de R$ 4 milhões. Em 2025, a expectativa do fundador e CEO, Miguel Carvalho, é bater em R$ 25 milhões.

"Estamos ganhando experiência, eficiência e os aportes nos permitiram investir muito em produto. Estamos com muita coisa nova em termos de produtos e isso está ajudando demais na performance do nosso negócio, conseguimos agregar valor. Hoje, temos mil restaurantes no nosso ecossistema, queremos chegar ao final de 2024 com 2 mil", disse Carvalho. "Temos soluções operacionais, de gestão e também para a fidelização dos clientes dos nossos clientes. Além de ser ponta a ponta, um ganho de eficiência, traz mais recursos para o restaurante. O ganho de valor é enorme, nossa expansão vem daí".

A Takeat também vem apostando em projetos diferenciados. A empresa venceu, recentemente, um concurso de inovação aberta patrocinado pelo Banestes. O banco estadual colocou como objetivo se aproximar mais dos correntistas. A startup montou um sistema que permite aos clientes do banco utilizarem os pontos acumulados pelos cartões de crédito bares, restaurantes e lanchonetes capixabas. "Além de mostrarmos o nosso trabalho em um concurso aberto para todo o Brasil, a remuneração é importante para o negócio", assinalou Miguel Carvalho.

A expectativa do empreendedor é, diante de uma expansão tão robusta, colocar de pé mais uma rodada de atração de recursos nos próximos meses.

Hunterstack: a mulher na trincheira digital

Se a Takeat digitalizou o pão de cada dia, a Hunterstack assumiu a missão de proteger o invisível. No árido e masculino mundo da cibersegurança, Michelle Ribeiro, uma mulher parda com mais de 45 anos e uma carreira estelar que inclui passagens pela Microsoft e a direção de segurança de um unicórnio (Vtex), decidiu empreender.

A Hunterstack utiliza Inteligência Artificial para automatizar a conformidade com normas de segurança rigorosas (como a ISO 27001), um processo que antes consumia meses de trabalho manual de diretores de tecnologia. Mas a genialidade técnica não garantiu um "sim" imediato.

"Ficamos namorando o Fundo Soberano durante um ano inteiro. Recebemos dois nãos", relembra Michelle. As recusas, contudo, não foram um fechamento de portas, mas um convite à evolução.

"A primeira recusa foi: 'Não agora, mas faça aceleração digital'. Fizemos. A segunda foi: 'Ainda não, continue demonstrando resultado'", conta. Essa persistência, apoiada pela metodologia do Fundo, forjou uma empresa resiliente.

Quando o aporte de meio milhão de reais finalmente veio, ele trouxe consigo uma transformação cultural. Michelle utilizou a posição de liderança para criar um ambiente de diversidade raro no setor: 90% dos colaboradores da Hunterstack são mulheres.

“Estar à frente de um projeto de cibersegurança ajuda muito as mulheres como eu no passado, que gostariam de crescer, de ver uma mulher na frente, de saber que é possível”, afirma Michelle.

O Fundo Soberano, ao apostar na Hunterstack, financiou muito mais do que um software de IA; financiou a quebra de paradigmas de gênero na tecnologia capixaba.

Depoimento

"O que se espera de uma empresa de *early stage* (estágio inicial) é que ela apresente no mínimo 20% de crescimento mês a mês e triplique o faturamento nos dois primeiros anos, depois duplique o faturamento até alcançar os cinco anos, pois a partir daí as vendas começam a estabilizar. E estamos conseguindo cumprir essas métricas. Nosso crescimento de 20% ao mês e a triplicação do faturamento também aconteceram.

Quando fomos investidos pelo Fundo Soberano, tínhamos 10 clientes. Eram aqueles clientes que acreditavam muito mais na ideia do que no produto. Porque o produto ainda estava muito incipiente. E hoje estamos chegando aos 50 clientes.

Um desses clientes é outra *startup* investida pelo Funses, a Aevo. Nossos clientes conseguem obter certificações como a ISO 27001, por exemplo, até três vezes mais rápido, permitindo que conquistem novos clientes, busquem outros mercados, que é o caso da Aevo. Eles estão expandindo para a Europa e utilizando a ISO 27001 como um diferencial competitivo.

Além do investimento e toda a mentoria proporcionada pelo Funses, temos um *networking* muito rico, porque temos acesso a outros *founders* (fundadores) e vencemos desafios em conjunto."

***Michelle Ribeiro,** fundadora da Hunterstack*

INOVAÇÃO CAPIXABA

Funses 1 anuncia aporte de R$ 900 mil em mais duas empresas

Bandes é responsável pelo edital que estrutura a gestão do Funses 1. Foto: Divulgação

Após seleção do Funses 1, as empresas Hunterstack.io e e-Simples passarão por mentoria e impulsionamento. Iniciativa tem supervisão do Bandes

Por Erik Oakes

O Fundo de Investimentos em Participações Funses 1, abastecido com recursos do Fundo Soberano do Espírito Santo, anunciou novos aportes que somam cerca de R$ 900 mil em duas startups capixabas: a Hunterstack.io e a e-Simples. O Funses 1 é um dos maiores fundos de participação do País, com R$ 250 milhões em recursos.

A Hunterstack.io, sediada em Vitória, atua na área de cibersegurança e oferece uma plataforma que automatiza processos de conformidade e análise de vulnerabilidades com apoio de Inteligência Artificial. Já a e-Simples, de Linhares, desenvolve uma solução que realiza análises detalhadas de tributação, auxiliando contadores na otimização do cálculo de impostos e na redução da carga tributária para empresas.

"O investimento reforçou nossa missão de transformar a cibersegurança em um facilitador de crescimento para empresas de alto impacto, garantindo inovação contínua. Além do capital, fazer parte do portfólio da ACE Ventures e da Quartzo Capital conecta a empresa a um ecossistema estratégico e dá acesso a um networking altamente qualificado", publicou a Hunterstack.io, em seu portal.

Além dos investimentos, o Funses 1 iniciou um programa de aceleração para negócios em estágio inicial, realizado em parceria com a ACE Ventures. As startups selecionadas passarão por cerca de três meses de mentoria e impulsionamento, em uma iniciativa supervisionada pelo **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)** e com gestão da **Quartzo Capital.**

Depoimento

"O governo está se tornando sócio de *startups*. Isso vai mudar o cenário do Espírito Santo em nível nacional e mundial. Porque estamos atraindo grandes negócios de fora para cá, mas acima de tudo fomentando os daqui, para que eles se estruturem cada vez mais, para que participem. Já pensou um governo sólido igual ao do Espírito Santo se tornar sócio do seu negócio? É algo que tem uma solidez fiscal muito grande para o Estado e uma solidez para o empresário, porque ele pode falar que é sócio do governo. Isso dá tranquilidade para ele negociar, vender o produto, o processo, a inovação que ele estiver gerindo. Isso muda a perspectiva de futuro."

***Jales Cardoso,** subsecretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação*

O ecossistema integrado: a hélice capixaba

O sucesso dessas *startups* é sustentado por uma rede institucional que Jales Cardoso e Rodrigo Varejão, diretor-geral da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Espírito Santo (Fapes), descrevem como a "hélice tríplice", formada por governo, academia e mercado.

A Fapes atua na base da pirâmide, financiando a pesquisa pura e a formação de capital humano que, anos depois, fundará as *startups*. "O Espírito Santo tem o maior investimento *per capita* em ciência e tecnologia do Brasil. Nós aprovamos nove programas de doutorado em um único ano. Isso gera a massa crítica necessária para a inovação", destaca Varejão.

Programas como o Centelha e o Tecnova funcionam como a pré-escola do empreendedorismo, em que ideias científicas são testadas antes de estarem prontas para o investimento robusto do Fundo Soberano.

Varejão também acrescenta o papel complementar do Fundo. **"Hoje o Estado tem dois fundos principais. O Funcitec, que a Fapes tem a missão de fazer a gestão financeira, e o Fundo Soberano, que está ligado à nossa Secretaria de Estado da Fazenda, junto com o Bandes. Esses dois fundos se complementam na sua finalidade. Porque hoje existem três modalidades de apoio à inovação no Brasil e no mundo: a subvenção, o crédito e**

o investimento ao se associar àquele empreendimento. A Fapes, hoje, dispõe de um mecanismo de subvenção por meio do Funcitec. Em uma parceria inédita com o Banestes, nós temos agora o mecanismo de crédito, e o Fundo Soberano, o de investimento. Então, nós podemos ver isso como uma trilha. As iniciativas que são apoiadas pelo Funcitec por meio das ações da Fapes estão aptas a concorrer ao aporte de investimento do Fundo Soberano. É uma ação complementar e que dá uma potência ao nosso trabalho de desenvolvimento econômico do Estado, pensando que a matriz econômica está migrando para empresas inovadoras", analisa.

Por outro lado, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) fornece a inteligência de dados para que decisões não sejam chutes no escuro. Ao mapear as vocações regionais e os gargalos de produtividade, o IJSN ajuda a direcionar os editais para áreas em que a inovação é mais necessária, como a transição energética e a agricultura de precisão.

Um futuro em código aberto

O Funses 1 já financiou dezenas de *startups* e acelerou digitalmente centenas de outras, criando um *pipeline* (etapas de um processo) de inovação que promete mudar a cara da economia capixaba. Onde antes se via apenas minério e petróleo, hoje se vê código, inteligência artificial e plataformas digitais.

Para empreendedores como Miguel Carvalho e Michelle Ribeiro, o Fundo foi o parceiro que acreditou quando o risco era alto demais para os bancos tradicionais. Para o Estado, é a garantia de que, quando o último barril de petróleo for extraído, o Espírito Santo terá uma floresta de empresas tecnológicas gerando a riqueza do futuro. Como resume Michelle Ribeiro:

"O Espírito Santo já ganhou. Vitória está posicionada como a cidade mais inovadora. É só continuar o ótimo trabalho".

06

CAPÍTULO

Fundo de Descarbonização

Fundo de Descarbonização

A transformação de uma economia não se faz apenas com boas ideias; ela exige capital paciente e estrategicamente direcionado. No Espírito Santo, o Fundo Soberano assumiu esse papel de catalisador, utilizando a riqueza finita do petróleo para financiar a transição para uma economia verde e socialmente responsável. O objetivo é acumular patrimônio e direcioná-lo para corrigir falhas de mercado, induzindo comportamentos empresariais que, sozinhos, demorariam décadas para se consolidar.

O Funses foi desenhado para ser um agente transformador. Ao adotar critérios ESG (ambiental, social e governança) como bússola para seus investimentos, o Fundo envia uma mensagem clara ao mercado: o Estado quer ser sócio, mas apenas de quem estiver comprometido com o futuro. Essa diretriz se materializou em três frentes principais: o apoio à inovação (Funses 1), o crédito para reindustrialização sustentável (Funses 2) e, mais recentemente, o ambicioso Fundo de Descarbonização (Funses 3).

Transformando “ouro negro” em “capital verde”

A premissa central do Funses é converter um ativo poluente em soluções limpas. Ricardo Pessanha, um dos arquitetos do Fundo, relembra a análise técnica que norteou essa decisão e a necessidade de diversificar a economia como forma de se preparar para a Reforma Tributária. O “capital verde” se tornou esse novo ímã, atraindo indústrias não mais pela isenção fiscal, mas pela disponibilidade de crédito barato para modernização e eficiência energética.

Marcelo Saintive, diretor-presidente do Bandes, reforça a lógica econômica por trás dessa estratégia. “Por que o mundo não faz uma transição ecológica mais rápida? Pela dificuldade de atrair capital privado. Porque esses projetos são custosos, exigem alto investimento em capital fixo, em inovação”, explica.

Para que a conta feche, o Estado entra com taxas subsidiadas, abaixo da Selic, viabilizando projetos que, nas condições normais de mercado, não sairiam do papel.

Depoimento

“O Fundo de Descarbonização é necessário porque esses projetos de transição ecológica são custosos e exigem alto investimento. Para eles se tornarem viáveis, precisamos de uma taxa concessionada. Precisamos subsidiar para justamente abrir a possibilidade de atrair capital privado e fazer uma mistura no capital.

A vantagem estratégica de ter o modelo aberto é justamente conseguir implementar de forma fática, de forma real, o capital privado junto. É uma discussão em nível mundial, e aqui estamos sendo muito ousados e inovadores nesse sentido.”

***Marcelo Saintive,** diretor-presidente do Bandes*

Funses 2: debêntures com propósito

O Programa Funses ESG de Desenvolvimento (Funses 2) marcou a entrada do Fundo no financiamento de grandes projetos industriais. Com um aporte de R$ 250 milhões, o programa opera por meio da subscrição de debêntures – títulos de dívida emitidos por empresas para captar recursos. Mas não é um empréstimo comum. Para acessar esse crédito, as empresas precisam comprovar adesão a práticas ESG e apresentar projetos que gerem impacto real na economia capixaba.

O sucesso foi imediato. Em sua primeira rodada, o edital recebeu 22 propostas, das quais 14 foram habilitadas e 10 selecionadas para receber o investimento. Empresas de setores variados, como indústria, energia e educação, localizadas em municípios como Colatina, Linhares, Serra e Cariacica, foram contempladas. Esse espalhamento geográfico atende a outro pilar fundamental do Fundo: a redução das desigualdades regionais.

Ao levar crédito barato para o interior, o Funses descentraliza o desenvolvimento. Um dos critérios adotados para a seleção dos projetos é o desenvolvimento regional, que avalia a capacidade do projeto de gerar empregos, a localização do empreendimento e a integração com a cadeia produtiva. Projetos fora da Grande Vitória recebem incentivos adicionais, como descontos na taxa de juros, estimulando a fixação de renda e o emprego em cidades que historicamente dependiam da agricultura ou do comércio local.

Funses 3: a ousadia da descarbonização

Se o Funses 2 testou as águas, o Fundo de Descarbonização (Funses 3) é um mergulho profundo. Anunciado pelo governador Renato Casagrande em eventos globais como a Semana do Clima em Nova Iorque e a Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 30), realizada no Brasil em 2025, o Fundo foi lançado oficialmente em janeiro de 2026. Trata-se de uma iniciativa inédita entre governos subnacionais. Com um capital inicial de R$ 500 milhões oriundos do Funses, o Fundo de Descarbonização tem como missão específica financiar a transição energética da indústria capixaba.

"Somos o único Estado a ter um fundo deste tipo, em que utilizamos parte dos recursos dos *royalties* de petróleo para investir em inovação e financiar empresas com boas práticas em governança socioambiental. Agora vamos aplicar recursos na transição energética", afirmou Casagrande. A meta é ousada: ajudar o Espírito Santo a cumprir seu Plano Estadual de Descarbonização, que prevê a redução de 27% das emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050.

Além do capital do Estado, o Fundo foi desenhado como um modelo aberto (*blended finance*), permitindo a entrada de outros investidores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O valor total da operação pode chegar a R$ 1 bilhão, já que

foi assinado um protocolo de intenções com o BNDES. Neste caso, o BNDES também poderá aportar até R$ 500 milhões, que se somarão aos R$ 500 milhões já investidos pelo governo capixaba via Fundo Soberano. Essa alavancagem multiplica o poder de fogo do Fundo, transformando cada real de *royalty* em dois ou mais reais de investimento verde.

Para gerir esse montante, o Bandes realizou uma seleção rigorosa, atraindo 11 gestoras nacionais interessadas. A vencedora foi a BTG Pactual, um dos maiores bancos de investimento da América Latina, que agora tem a missão de estruturar o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) voltado para projetos de energia solar, eficiência energética, hidrogênio verde e biometano. A parceria com um *player* privado de peso garante agilidade e rigor técnico na alocação dos recursos, blindando o processo de ingerências políticas.

COMO FUNCIONA O FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO

O Fundo de Descarbonização capixaba possui a estrutura de ***blended finance***, ou financiamento misto, modelo que engloba capital do setor público e do setor privado

O Funses aportou **R$ 500 milhões** e outras instituições ou empresas, como o BNDES, também podem investir recursos

O Fundo, lançado oficialmente em janeiro de 2026, já nasce com recursos para apoiar a transição energética e permanece aberto para novos investidores

Os eixos de investimentos são estruturados com base em quatro políticas transversais:

1. Minimização de emissões
2. Aumento da eficiência
3. Compensação de emissões
4. Remoção e captura de gases de efeito estufa (GEE)

Fonte: Bandes

Depoimento

"Aqui no Estado trabalhamos com foco no futuro e nas próximas gerações, alcançando pioneirismo ao criar um dos maiores fundos subnacionais de descarbonização do País e o primeiro a transformar *royalties* de petróleo em investimentos verdes dessa escala. Ancorado no Plano Estadual publicado em 2023, o Fundo dá materialidade às metas assumidas de reduzir em 27% as emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

O Espírito Santo sai na frente e se oferece como inspiração para que outros façam também a sua parte. O Fundo nasce com R$ 500 milhões do Fundo Soberano e já estruturado para alavancar capital nacional e internacional por meio do *blended finance*. A expectativa é superar R$ 1 bilhão em investimentos nos próximos anos, gerando empregos verdes, diversificando a economia e fortalecendo a resiliência social."

***Ricardo Ferraço,** vice-governador do Espírito Santo*

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

Temos tratado a agenda climática no Espírito Santo com ações concretas há muitos anos. Implantamos políticas de reflorestamento, controle ambiental por georreferenciamento, uso de energia renovável na estrutura do governo e incentivo a práticas sustentáveis. Agora damos um passo ainda mais decisivo ao criar um fundo que transforma recursos provenientes de combustíveis fósseis em investimentos para financiar a transição energética. É assim que unimos desenvolvimento econômico, responsabilidade ambiental e qualidade de vida para as próximas gerações.

É um fundo aberto: outros cotistas podem entrar, como BNDES, Banco Mundial, Banco Interamericano. É uma ação inédita, não há nenhum outro ente subnacional que tenha uma iniciativa como essa. Nem fora do Brasil eu conheço entes subnacionais que estejam financiando as empresas para a descarbonização.

O grande debate que se faz nos fóruns internacionais de mudança climática, nas reuniões da ONU (Organização das Nações Unidas), é como financiar as empresas para que elas façam a transição energética. Como nós temos um Plano de Descarbonização já aprovado pela sociedade, discutido, colocado em consulta pública, esse Fundo vai ajudar a financiar a transição energética no Estado atendendo ao Plano de Descarbonização.

O Fundo Soberano é uma medida que tem esse caráter inovador e de ineditismo, porque só um Estado equilibrado e organizado consegue fazer isso. Pegar o dinheiro da receita corrente líquida do Estado, como o advindo dos *royalties* de petróleo, para aportar no financiamento da transição energética com custo baixo, abaixo da taxa Selic, é o que desejamos incentivar dentro da política pública que nós queremos executar.

Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Buscar

27/01/2026 17h03 - Atualizado em 27/01/2026 17h05

Espírito Santo lança Fundo de Descarbonização com quase R$ 1 bilhão para financiar a transição energética

Foto: Rayron Rickson/Governo-ES

Com foco na transição energética e na redução das emissões de gases de efeito estufa, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) lançou, nesta terça-feira (27), o Fundo de Descarbonização do Espírito Santo. A iniciativa foi apresentada em cerimônia no Palácio Anchieta, em Vitória, e passa a operar sob gestão da BTG Pactual Asset Management.

O lançamento posiciona o Espírito Santo entre os estados brasileiros que avançam na estruturação de instrumentos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável, sobretudo na utilização de recursos provenientes de combustíveis fósseis para promover a transição energética.

Pioneiro no financiamento verde no País, o Bandes — que, no ano passado, foi citado no relatório internacional "State of Green Banks 2025", destacando a atuação dos bancos verdes no enfrentamento às mudanças climáticas — lidera a criação do fundo alinhado ao Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que prevê a redução de 27% das emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050.

Investimentos baseados em dados

Por trás de cada real investido, há uma camada de inteligência de dados fornecida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Além de monitorar os indicadores econômicos, o Instituto avalia a viabilidade e o impacto de longo prazo das estratégias de descarbonização.

Pablo Lira, diretor-geral do IJSN, explica o papel da instituição: **“Nós fazemos as análises e as pesquisas da economia, além do mapeamento dos investimentos anunciados no Estado. Está previsto um investimento de quase R$ 138 bilhões no Estado até 2029, entre recursos públicos e privados”**, destaca.

Essa visão panorâmica permite que o Funses aponte seus recursos para onde eles são mais necessários e eficazes, evitando a sobreposição de esforços e garantindo que o capital verde irrigue as áreas certas.

O IJSN também participa ativamente dos comitês de monitoramento do Plano Estadual de Descarbonização e do Plano Estadual de Adaptação Climática, garantindo que o dinheiro do Fundo esteja alinhado com as metas científicas de redução de emissões de gases do efeito estufa.

Responsabilidade fiscal e socioambiental

O Funses, em suas diversas vertentes, prova que é possível alinhar responsabilidade fiscal com responsabilidade socioambiental. Ao exigir contrapartidas ESG, descentralizar o crédito e focar na descarbonização, o Espírito Santo está se preparando para o fim da era do petróleo e construindo ativamente a economia que irá substituí-la.

O vice-governador Ricardo Ferraço resume a visão estratégica: **“Investir nesses campos significa preparar o Espírito Santo para competir em um mundo mais tecnológico, ambientalmente responsável e voltado para cadeias de alto valor agregado. O Fundo Soberano foi concebido para proteger o futuro do Espírito Santo. Isso dá estabilidade financeira ao Estado e cria uma reserva capaz de sustentar ciclos econômicos”.**

O legado do Funses vai além dos números financeiros. Ele reside na modernização do parque industrial capixaba, na criação de empregos verdes em todo o Estado e na demonstração prática de que o setor público pode ser um indutor eficiente e inovador do desenvolvimento sustentável.

07

CAPÍTULO

Um projeto de Estado, não de governo

Um projeto de Estado, não de governo

Na política brasileira, o imediatismo é frequentemente a regra. O ciclo de quatro anos impõe uma urgência eleitoral que muitas vezes sacrifica o planejamento de longo prazo. Obras visíveis e inaugurações rápidas tendem a ter preferência sobre a solidez fiscal e a estruturação de um futuro distante. O Fundo Soberano do Espírito Santo (Funses) nasceu para desafiar essa lógica.

A diretriz central do governador Renato Casagrande desde a concepção foi clara e inegociável: o Funses não poderia ser um instrumento de governo, sujeito aos caprichos de uma única gestão. Ele precisava ser um projeto de Estado. Essa decisão de renunciar ao gasto imediato em prol de uma poupança para gerações que talvez nem tenham nascido ainda define a alma do Funses.

As travas de segurança: blindando o futuro

Para garantir que essa visão de longo prazo sobrevivesse à alternância de poder, foi necessário criar uma arquitetura jurídica robusta. O Fundo foi instituído por uma Lei Complementar (LC nº 914/2019), que exige um quórum qualificado na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) para qualquer alteração. Isso significa que um futuro governante não pode, com uma canetada, mudar o destino dos recursos ou desmobilizar o Fundo para cobrir déficits momentâneos.

"Quando uma lei é aprovada pela Assembleia, ela ganha uma camada de proteção coletiva. Não basta vontade do Executivo para mexer nela. É preciso passar novamente por um processo público e transparente. Isso afasta decisões precipitadas e obriga que qualquer mudança seja bem fundamentada", explica Marcelo Santos, presidente da Ales em 2025 e, na época da aprovação da matéria, vice-presidente da Casa.

Ricardo Pessanha detalha a engenharia de proteção: **"Nós tivemos que criar um fundo soberano híbrido e tivemos um grande trabalho também de desenvolver uma governança desse fundo. Aí entra a questão das dificuldades de sangrar o fundo, de ter muitas travas para dificultar alterar de fato a destinação",** explica.

A legislação impõe limites rígidos para o uso dos recursos, segregando claramente o que é poupança intocável do que é investimento estratégico.

A poupança intergeracional: disciplina constitucional

O coração dessa blindagem é a regra da poupança intergeracional. A lei estabelece que uma fatia significativa das receitas de *royalties* e participação especial deve ser obrigatoriamente poupada, reduzindo-se gradualmente à medida que o Fundo ganha corpo, mas nunca deixando de existir.

2019 a 2024: 40%
das receitas foram destinadas à poupança

2025: o percentual passou para
30%

A partir de 2026: estabilização em
20% perpétuos

Essa regra forçou o Estado a operar com disciplina fiscal, vivendo com menos do que arrecada para garantir que o futuro tenha recursos. Tyago Hoffmann, secretário de Estado de Governo à época da criação do Funses, enfatiza a mudança cultural: “O Espírito Santo desenvolveu uma cultura de responsabilidade fiscal. Não se trata de uma pessoa, de um governante. Isso virou uma cultura. Se o próximo governador que vier não tratar as finanças públicas com muita responsabilidade, a sociedade não vai aceitar”.

O gatilho de crise: um seguro contra o colapso

Embora o objetivo seja a perpetuidade, o Fundo não é insensível à realidade. Os arquitetos do Funses desenharam um mecanismo de segurança, um "botão de emergência" para situações extremas. A lei prevê que os rendimentos da poupança só podem ser sacados se o Estado enfrentar uma queda drástica e real de receita por dois anos consecutivos ou em casos de calamidade fiscal severa.

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento, explica que o Fundo atua como um "cobertor de segurança", mas que o objetivo é nunca precisar usá-lo. "Nós não precisamos utilizar esse recurso durante a pandemia, nem pensamos nisso, porque o Espírito Santo hoje tem uma saúde financeira que nos permite enfrentar esses desafios", afirma Duboc.

O Estado conseguiu atravessar a crise da Covid-19 mantendo seus investimentos e a nota A no Tesouro Nacional sem tocar na reserva soberana, provando que a disciplina fiscal é, por si só, uma política de proteção social.

"O Brasil não vai dar errado, mas se o Brasil desse errado, o Espírito Santo demoraria pelo menos uns cinco anos a mais para dar errado, com a nossa capacidade de organização e reserva", exemplifica o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional, Bruno Lamas.

Em um exemplo de bastidor, Lamas conta que certa vez o jornalista Carlos Sardenberg esteve no Estado para uma aula inaugural do programa Nossa Bolsa e fez um comentário sobre o Fundo Soberano capixaba.

"Ele disse que 'ver que um Estado aplica recursos de gás e petróleo na educação é muito bom', porque comentou que conhece municípios ricos na arrecadação e miseráveis na aplicação e na solução da vida das pessoas, o que não é o caso do Espírito Santo, que usa recursos para financiar educação, especialmente, e tantas outras coisas", destacou.

O secretário completa:

"Daqui a 20 anos nós vamos ter pessoas formadas, cidadãos mais críticos, por meio da educação, da inclusão, um Estado mais inovador, uma resiliência maior para superarmos desafios climáticos que só vão aumentar, segundo os estudos do mundo inteiro. Então teremos cidades mais resilientes, cidades mais inteligentes, tudo isso com uma boa contribuição do Fundo Soberano do Estado".

Credibilidade

Com mais de R$ 2 bilhões já capitalizados até o início de 2026, o Funses se tornou uma "âncora" de credibilidade. Para o mercado e para investidores internacionais, a existência de um fundo soberano com regras claras e travas institucionais sinaliza que o Espírito Santo é um ambiente seguro, previsível e sério.

Renato Casagrande resume o espírito do projeto: **"O meu desejo é que o Estado compreenda que este é um pilar da estabilidade, esse é mais um pilar da confiança que precisamos gerar para a população capixaba. A manutenção de políticas públicas exitosas como essa é fundamental para que o Estado continue com a credibilidade que ele tem".**

O Fundo Soberano, portanto, é mais do que dinheiro no banco. É um contrato social entre o presente e o futuro. É a garantia de que, quando o petróleo acabar, o Espírito Santo não ficará órfão de seu desenvolvimento, pois terá construído, com a riqueza de hoje, as bases sólidas para a prosperidade de amanhã.

08

CAPÍTULO

O melhor fundo da América Latina e 3º melhor do mundo

O melhor fundo da América Latina e 3º melhor do mundo

No cenário global de finanças públicas, é raro que um ente subnacional (um Estado ou província) consiga se projetar com o mesmo peso institucional de nações soberanas. No entanto, o Fundo Soberano do Espírito Santo rompeu essa barreira invisível. Em um levantamento conduzido pelo Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS), que avaliou 100 fundos em 69 países, o Funses ocupou posições de destaque que surpreenderam analistas e gestores: foi classificado como o 1º melhor fundo da América Latina e o 3º melhor do mundo em termos de efetividade, funcionalidade e governança.

Essa conquista é a validação externa de uma estratégia interna ousada. O ranking, que utilizou a Matriz de Avaliação de Fundos Soberanos (MAFS), analisou pilares críticos como transparência, estrutura legal e governança corporativa. O Funses obteve 15 de 20 pontos possíveis, empatando com fundos de gigantes como Estados Unidos e Bélgica, e ficando atrás apenas de referências históricas como os da Noruega e de Singapura.

O dever de casa: governança como ativo

O que permitiu a um fundo jovem, criado em 2019, competir com instituições centenárias? A resposta reside no dever de casa técnico realizado antes mesmo do primeiro real ser depositado. Pablo Lira, diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), explica que a concepção do Fundo foi lastreada em evidências científicas e *benchmarking* internacional.

“Nós não inventamos a roda, mas a adaptamos com precisão cirúrgica. Olhamos para a Noruega e para Singapura, entendemos o que funcionava e aplicamos à realidade capixaba com um rigor técnico que muitas vezes falta em projetos públicos”, afirma Lira.

Ricardo Pessanha, um dos arquitetos jurídicos do Funses, reforça que o reconhecimento internacional é fruto da blindagem institucional. **“O diferencial que nos colocou nessa posição foi a estrutura de governança. Criamos um Fundo que tem auditoria externa independente, um conselho gestor deliberativo e regras de transparência que permitem a qualquer cidadão saber, em tempo real, quanto dinheiro há no Fundo e onde ele está investido. Isso é raro até para fundos nacionais”**, destaca Pessanha.

A vantagem do foco interno

Enquanto a maioria dos fundos soberanos globais, como os do Oriente Médio, foca na exportação de capital – comprando times de futebol, hotéis de luxo ou ações de gigantes da tecnologia –, o modelo capixaba inverteu a lógica. O Funses foi desenhado para importar desenvolvimento.

Marcelo Saintive, diretor-presidente do Bandes, avalia que essa característica autocentrada é, paradoxalmente, o que torna o modelo tão atraente para observadores externos.

"O mundo está cheio de fundos que apenas buscam rentabilidade financeira passiva. O que nós fazemos aqui é *state-building*. Nós usamos o recurso para alterar a realidade econômica local. Isso gera um duplo retorno: o financeiro, para o Fundo, e o econômico, para a sociedade, por meio de geração de empregos e impostos. É um modelo de duplo dividendo que está sendo estudado como case de sucesso para outras economias emergentes", analisa Saintive.

Essa estratégia de foco interno com padrão global permitiu que o Espírito Santo atraísse parceiros de peso. A gestão dos recursos do Fundo de Descarbonização, por exemplo, atraiu o interesse e a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a gestão dos ativos foi disputada por grandes *players* do mercado financeiro, como a BTG Pactual, que venceu edital concorrido para gerir o instrumento criado pelo governo do Estado para financiar projetos de transição energética e descarbonização com recursos provenientes do Fundo Soberano e cotistas interessados, como empresas, bancos ou organizações multilaterais.

O efeito surpresa

Para quem vê de fora, o sucesso do Funses muitas vezes causa espanto. Pablo Lira relata que, em eventos nacionais e internacionais, a reação comum é de incredulidade. "O que mais surpreende as pessoas de outros Estados e países é descobrir que o Espírito Santo, um Estado pequeno em território, possui uma sofisticação financeira que Estados muito maiores, como Rio de Janeiro ou Minas Gerais, não conseguiram implementar. Eles perguntam: 'Como vocês conseguiram aprovar isso politicamente? Como conseguiram não gastar o dinheiro?'", conta Lira.

Essa surpresa se transforma em respeito e atração de negócios. Michelle Ribeiro, CEO da Hunterstack, uma das *startups* investidas, percebeu isso na prática. **"Quando fomos selecionados pelo Google for *Startups* para um programa latino-americano, o fato de termos o Fundo Soberano do Espírito Santo no nosso *cap table* (tabela de capitalização) foi um diferencial. Os investidores internacionais olham e pensam: 'Se esse fundo, que é o melhor da América Latina, já fez a *due diligence* (diligência prévia, análise técnica profunda) e investiu neles, então o risco é menor'. O Funses funciona como um selo de qualidade global para as empresas capixabas",** relata a empreendedora.

Um legado de credibilidade

O reconhecimento como melhor fundo da América Latina transcende a vaidade institucional. Ele tem um efeito prático na redução do custo de capital para o Estado. Ao demonstrar ser um gestor responsável e sofisticado de riqueza, o Espírito Santo melhora sua nota de crédito (*rating*) e atrai investidores que buscam segurança jurídica e ESG (da sigla em inglês para ambiental, social e governança).

Tyago Hoffmann resume o sentimento de dever cumprido: **"Esse título não é apenas um troféu para colocar na estante. Ele é a prova de que é possível fazer política pública com excelência técnica no Brasil. Nós mostramos que o setor público não precisa ser sinônimo de atraso ou ineficiência. O Funses é a prova de que o Estado pode ser um investidor tão qualificado quanto qualquer fundo privado de Wall Street, mas com um propósito muito mais nobre: o futuro das nossas próximas gerações. Ter participado da criação do Fundo Soberano e tê-lo gerenciado por muito tempo, ajudando a dar os primeiros passos, é uma das marcas mais importantes que vou deixar na vida pública"**.

Em última análise, a posição no ranking global do IEFS confirma a tese central do projeto: o Espírito Santo criou mais do que uma poupança; criou uma instituição de classe mundial, capaz de pro-

teger e multiplicar a riqueza dos capixabas com padrões de excelência que rivalizam com as economias mais desenvolvidas do planeta.

WHTPPR
whitepaperdocs

HOME INOVAÇÃO COLABORAÇÃO DIVERSIDADE EMPREENDEDORISMO WHITEPAPERS OUTROS

Início » Fundo Soberano do Espírito Santo é eleito terceiro melhor do mundo e o melhor da América Latina

INOVAÇÃO

Fundo Soberano do Espírito Santo é eleito terceiro melhor do mundo e o melhor da América Latina

Por **Redação WHPPR** — 2 de abril de 2025 Leitura de 6 minutos

O Fundo Soberano do Espírito Santo (Funses) foi eleito o terceiro melhor do mundo e o melhor da América Latina em um estudo que avaliou 100 fundos soberanos em todo o mundo. Juntos, os fundos avaliados somam um patrimônio estimado de 11.8 trilhões de dólares. O ranking, desenvolvido pelo Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS), avaliou os pilares de transparência, estrutura e governança.

O "Ranking Global de Fundos Soberanos 2025", desenvolvido pelo IEFS, avaliou 100 fundos em 69 países de todos os continentes, sendo o primeiro fundado em 1854 e o mais recente em 2024. O estudo utiliza a ferramenta inédita chamada Matriz de Avaliação de Fundos Soberanos (Mafs) para avaliar 20 itens de verificação e confirmar se o fundo analisado possui elevados padrões de governança, transparência e estrutura. Para cada item, é atribuído um ponto na classificação geral.

O Fundo Soberano da Noruega conquistou a primeira colocação no ranking, com o total de 17/20 pontos (17 pontos de 20 pontos possíveis). O Funses ocupou a terceira posição global, com o total de 15/20 pontos – mesma pontuação de fundos de países como Estados Unidos, Bélgica e Grécia.

O economista e diretor do Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS), Eduardo Bassin, apontou que o Fundo Soberano do ES se destaca nos itens de verificação relacionados à transparência e à governança:

09

CAPÍTULO

Fundo com visão de longo prazo: um pacto com o amanhã

Fundo com visão de longo prazo: um pacto com o amanhã

O petróleo é uma dádiva geológica com prazo de validade. Diferentemente da terra, que pode ser cultivada indefinidamente se bem tratada, ou do sol, que nasce todos os dias, cada barril de óleo extraído do subsolo capixaba é um ativo que jamais retornará. Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento, destaca: “O esgotamento desse ativo natural tem um tempo determinado de vida”.

Diante dessa realidade, o Fundo Soberano do Espírito Santo assume sua faceta mais nobre e estratégica: a de garantidor do futuro. O capítulo final desta história não é sobre o dinheiro que existe hoje, mas sobre a sociedade que existirá amanhã, quando as plataformas de petróleo forem desativadas ou quando a economia global tiver virado a página dos combustíveis fósseis.

“Ainda não existe uma previsão específica de quando a produção de petróleo do Espírito Santo vai deixar de ser economicamente atraente. Nós temos, com certeza, petróleo para pelo menos mais 50 anos. Então, antes de 50 anos, essa fonte não será exaurida. Mas um dia a exploração do petróleo aqui vai deixar de ser economicamente viável. A produção vai baixar, a exploração vai ficar muito cara, pouco custo-benefício. Quando esse dia chegar, lá na frente, não vai haver mais uma fonte contínua de alimentação do Fundo Soberano. Então vão existir duas hipóteses: ou o governo da época vai pegar dinheiro do caixa, do tesouro, do próprio orçamento, e destinar para o Funses; ou ele vai viver somente do próprio patrimônio, dos seus rendimentos. Mas isso é uma decisão do governador do Espírito Santo daqui a 50, 60, 80 anos”, projeta Ricardo Pessanha.

A matemática da sobrevivência

A criação do Funses foi, em essência, um ato de generosidade intergeracional. Ao decidir não gastar tudo o que arrecada hoje, o governo estadual firmou um contrato social com os capixabas que ainda não nasceram. Renato Casagrande desenhou uma engenharia financeira que garante que o próximo governante, e o próximo, e o outro depois dele, encontrem uma casa arrumada e com recursos em caixa.

“O Fundo Soberano hoje já tem mais de R$ 2 bilhões capitalizados. É um Fundo que cresce todo mês”, detalha o governador. A regra de acumulação foi desenhada para ser robusta no início e perene no longo prazo. De 2019 a 2024, 40% das receitas foram para a poupança; em 2025, esse índice passou para 30%; e a partir de 2026, estabiliza-se em 20%. “Então, o próximo governante já vai chegar aqui com uma poupança intergeracional de mais de R$ 1 bilhão”, projeta Casagrande.

Essa reserva é um lastro de segurança. Ricardo Ferraço, vice-governador do Estado, avalia que essa estratégia de alocação de longo prazo “dá estabilidade financeira ao Estado e cria uma reserva capaz de sustentar ciclos econômicos adversos”. Em um País marcado por voos de galinha e crises fiscais recorrentes nos Estados, o Espírito Santo constrói um colchão que amortece quedas e permite planejar o futuro sem o desespero da sobrevivência imediata.

Depoimento

“O Fundo Soberano foi concebido para proteger o futuro do Espírito Santo. A estratégia de alocação privilegia investimentos de longo prazo, diversificados e com critérios rigorosos de governança. Isso dá estabilidade financeira ao Estado e cria uma reserva capaz de sustentar ciclos econômicos. A criação do Funses já impacta positivamente porque traz previsibilidade, melhora o ambiente de negócios e reforça a imagem do Espírito Santo como um Estado que pensa no amanhã.”

***Ricardo Ferraço,** vice-governador do Espírito Santo*

A revolução silenciosa:

preparando o pós-petróleo

Mas guardar dinheiro não é suficiente. É preciso multiplicar as fontes de riqueza. O Funses atua como o motor de uma "revolução silenciosa", como define Tyago Hoffmann, secretário de Estado de Governo à época da criação do Fundo. **"Quando falamos de um negócio que tem a lógica de longo prazo, as pessoas pensam: 'Ah, mas eu não vejo nenhuma mudança que ele está causando agora'. Ele vai causando uma mudança silenciosa e daqui a 50 anos a economia do Espírito Santo vai ser outra"**, reflete.

Essa mudança consiste em usar o dinheiro do petróleo para financiar a sua própria substituição. Ao injetar capital em inovação (Funses 1), indústria sustentável (Funses 2) e energias renováveis (Fundo de Descarbonização), o Estado está, tijolo por tijolo, construindo a economia do pós-petróleo. Marcelo Saintive, diretor-presidente do Bandes, reforça que o Fundo é o indutor dessa diversificação: **"O Fundo Soberano por si só não é suficiente, mas ele é o indutor. Você precisa mostrar que o Estado é viável para aceitar outros setores que não são os principais hoje em dia"**.

Ricardo Pessanha, um dos arquitetos jurídicos do Fundo, vislumbra um futuro em que o petróleo pode até deixar de ser explorado não por falta de produto, mas por falta de interesse econômico, dado o avanço de outras matrizes energéticas. **“Lá na frente, essa atividade (petróleo) pode deixar de ser economicamente atraente. E para isso temos que aquecer a economia verde, aquecer a economia de serviços e tecnologia agora”**, alerta.

Depoimento

“O Fundo Soberano já tem impactos positivos em geração de emprego, atração de investimento, crescimento e diversificação da economia do Estado. Não é à toa que estamos com a menor taxa de desemprego da história do Espírito Santo e a quinta menor taxa do Brasil.”

***Pablo Lira,** diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves*

O legado na cultura de gestão

Talvez o maior legado do Funses, para além do financeiro, seja cultural. Ele impôs ao Espírito Santo um padrão de governança que dificilmente poderá ser desfeito. **“O Espírito Santo desenvolveu uma cultura de responsabilidade fiscal. Não se trata de uma pessoa. Isso virou uma cultura”**, afirma Tyago Hoffmann. A existência do Fundo, com suas travas legais e seu conselho gestor, eleva a barra para qualquer futuro governante. A sociedade capixaba, agora acostumada a ter uma reserva estratégica, dificilmente aceitará gestões que queimem esse patrimônio em aventuras populistas.

Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento, reforça que o Fundo é um ativo da sociedade, não do governo. “Ele precisa de constante vigilância da sociedade. Quando nós reservamos parte dos recursos agora, estamos garantindo que o Estado tenha capacidade de investimento no futuro”, diz Duboc.

O Funses sinaliza para o mercado internacional que o Espírito Santo é um porto seguro para investimentos de longo prazo.

Um Estado preparado

Daqui a 20 anos, quando um jovem capixaba entrar no mercado de trabalho, ele encontrará um Espírito Santo diferente. Um Estado onde *startups* de tecnologia, indústrias de energia limpa e serviços de alto valor agregado terão um peso muito maior na economia. Ele talvez não saiba, mas as oportunidades que ele terá foram plantadas hoje, com os recursos do Fundo Soberano.

Bruno Lamas, secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional, resume essa visão: **“Daqui a 20 anos, nós vamos ter pessoas formadas, cidadãos mais críticos, um Estado mais inovador, uma resiliência maior para superarmos desafios climáticos. Teremos cidades mais inteligentes, tudo isso com uma boa contribuição do Fundo Soberano”**.

O Funses é a prova de que a política, quando feita com visão de Estado e responsabilidade, é a maior ferramenta de transformação da vida humana. O petróleo vai acabar. Mas o Espírito Santo, graças à decisão de semear sua riqueza em vez de apenas consumi-la, permanecerá.

REFLEXÃO DO GOVERNADOR

O que eu desejo é que essa política seja mantida. Porque imagina daqui a 10 anos o tamanho desse Fundo Soberano. Lógico que depende do resultado dos *royalties* de petróleo, mas o Espírito Santo continuará produzindo petróleo. Então nós vamos continuar aportando dinheiro no Fundo. E depois virão os retornos dos investimentos. São retornos pequenos, porque nós não estamos querendo ganhar dinheiro nos financiamentos. Mas nas aplicações das empresas de inovação, nós vamos ganhar dinheiro, porque ao fazer um investimento em uma empresa, ter 40% dessa empresa e ela em alguns anos dobrar de valor, isso vai nos render algum dinheiro.

Meu desejo é que o Estado compreenda que este é um pilar da estabilidade e da confiança que precisamos gerar para a população capixaba, para quem quer fazer investimento e quem quer morar aqui no Estado do Espírito Santo.

A manutenção de políticas públicas exitosas e inéditas como essa é muito importante para que coloquemos o Espírito Santo em uma posição de destaque. Está todo mundo discutindo como vão financiar a transição energética, e nós estamos apresentando a solução com o Fundo de Descarbonização, uma operação de crédito com custo abaixo da taxa Selic, com dinheiro do Tesouro, e isso é uma medida inovadora. A manutenção desses instrumentos que nós estamos criando é fundamental para que o Estado continue com a credibilidade que tem.

Renato Casagrande
Governador do
Espírito Santo

REFERÊNCIAS

A GAZETA. ES vai liberar R$ 500 milhões para projetos de descarbonização em 2026. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/meio-ambiente/es-vai-liberar-r-500-milhoes-para-projetos-de-descarbonizacao-em-2026-1125. Acesso em: 9 nov. 2025.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). AGU participa de acordo para unificação de campos de petróleo no Espírito Santo. Portal Gov.br, 5 abr. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-participa-de-acordo-para-unificacao-de-campos-de-petroleo-no-espirito-santo--736818. Acesso em: 4 nov. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Acordo entre ANP e Petrobras dá novo contorno ao Campo de Jubarte. Agência Brasil, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/acordo-entre-anp-e-petrobras-da-novo-contorno-ao-campo-de-jubarte. Acesso em: 2 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Nota Técnica SDP nº 014/2019: alterações à minuta do acordo do Parque das Baleias pós-consulta e audiência pública. Portal Gov.br, [2019]. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/consultas-e-audiencias-publicas/consulta-audiencia-publica/2018/arquivos-consultas-e-audiencias-publicas-2018/cp-34-2018/nt-sdp-014-2019_alteracoes-minuta-acordo-parque-baleias-pos-consulta-audiencia.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). Evento celebra quatro anos de criação do Fundo Soberano do Espírito Santo. Bandes, [s. d.]. Disponível em: https://www.bandes.com.br/Site/Noticias/Detail/1903/4anosfunses. Acesso em: 4 nov. 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). Fundo soberano. Bandes, [s. d.]. Disponível em: http://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/1092/fundo-soberano. Acesso em: 6 nov. 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). Governador anuncia R$ 500 milhões do Fundo Soberano para descarbonização. Bandes, 14 nov. 2024. Disponível em: https://www.bandes.com.br/Site/Noticias/Detail/2361/cop29-descarbonizacao. Acesso em: 14 nov. 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). Relatório – 1 ano FIP FUNSES I. Bandes, 2023. Disponível em: https://www.bandes.com.br/Site/Download/Download?id=JWme8AXIg0yPymc8QeHKNw. Acesso em: 8 nov. 2025.

CORTES, Elimar. Fundo Soberano do Espírito Santo é escolhido o 3º melhor do mundo e campeão da América Latina. Blog do Elimar Cortes, 25 mar. 2025. Disponível em: https://elimarcortes.com.br/2025/03/25/fundo-soberano-do-espirito-santo-e-escolhido-o-3o-melhor-do-mundo-e-campeao-da-america-latina/. Acesso em: 16 nov. 2025.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO. ES e ANP debatem acordo sobre unificação do Parque das Baleias. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO/ES), 11 fev. 2019. Disponível em: https://dio.es.gov.br/Not%C3%ADcia/es-e-anp-debatem-acordo-sobre-unificacao-do-parque-das-baleias?. Acesso em: 2 nov. 2025.

ES BRASIL. Funses 1 investe R$ 900 mil em startups capixabas. ES Brasil, 13 nov. 2025. Disponível em: https://esbrasil.com.br/funses-investe-startups-espirito-santo-2024/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 1.693-S, de 3 de julho de 2019. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar, analisar, consolidar e formular propostas de decretos para regulamentar a Lei Complementar nº 914/2019, que criou o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado do Governo, 2019. Disponível em: https://seg.es.gov.br/Media/seg/Arquivos/Decreto%20n%C2%BA%201693-S%20-%20Institui%20grupo%20de%20trabalho%20-%20GT%20-%20Parque%20das%20Baleias%20-%20Fundo%20Soberano.docx. Acesso em: 3 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto que regulamenta o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. Vitória: Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, [2019]. Disponível em: https://www.bandes.com.br/Site/Download/Download?id=LUvq7ejDUUqQvuDar3mniQ. Acesso em: 16 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019. Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – Fundo Soberano – FUNSES: cria o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo, dispõe sobre sua estrutura e dá outras providências. Vitória, 17 jun. 2019. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/Media/FUNSES/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20914%20de%2017%20de%20junho%20de%202019.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

FRIZERA, Ricardo. Fundo Soberano do Espírito Santo é eleito terceiro melhor do mundo e melhor da América Latina. Folha Vitória, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/folha-business/fundo-soberano-do-espirito-santo-e-eleito-terceiro-melhor-do-mundo-e-melhor-da-america-latina/. Acesso em: 17 nov. 2025.

FUNDO SOBERANO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNSES). Estrutura de governança. Fundo Soberano, [s. d.]. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/governanca. Acesso em: 7 nov. 2025.

FUNDO SOBERANO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNSES). Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo. Fundo Soberano, [s. d.]. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/. Acesso em: 12 nov. 2025.

FUNDO SOBERANO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNSES). Funses 1 investe R$ 3 milhões em cinco novas startups de tecnologia. Fundo Soberano, [s. d.]. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/Not%C3%ADcia/funses-1-investe-r-3-milhoes-em-cinco-novas-startups-de-tecnologia. Acesso em: 6 nov. 2025.

FUNDO SOBERANO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNSES). Legislação. Fundo Soberano, [s. d.]. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/legislacao. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDO SOBERANO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNSES). Sobre o Fundo de Descarbonização. Fundo Soberano, [s. d.]. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/sobre-o-fundo-de-descarbonizacao. Acesso em: 14 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo lança Fundo de Descarbonização com quase R$ 1 bilhão para financiar a transição energética. Fundo Soberano, 28 jan. 2026. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espirito-santo-lanca-fundo-de-descarbonizacao-com-quase-r-1-bilhao-para-financiar-a-transicao-energetica. Acesso em: 10 fev. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Estado vai receber R$ 1,57 bilhão com unificação dos campos no Parque das Baleias. Governo do Estado do Espírito Santo, 5 abr. 2019. Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/estado-vai-receber-r-1-57-bilhao-com-unificacao-dos-campos-no-parque-das-baleias. Acesso em: 1 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo de Descarbonização do Espírito Santo anuncia BTG Pactual como gestora dos recursos. Governo do Estado do Espírito Santo, 30 jul. 2025. Disponível em:

https://www.es.gov.br/Noticia/com-um-aporte-de-r-500-mil-hoes-fundo-de-descarbonizacao-do-espirito-santo-anuncia-btg-pactual-como-gestora-dos-recursos. Acesso em: 12 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Funses 1 injeta R$ 2,45 milhões em quatro novos investimentos em startups. Governo do Estado do Espírito Santo, 30 set. 2024. Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/funses-1-injeta-r-2-45-milhoes-em-quatro-novos-investimentos-em-startups. Acesso em: 10 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Programa Funses ESG de Desenvolvimento divulga 14 empresas habilitadas. Governo do Estado do Espírito Santo, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.es-.gov.br/Noticia/programa-funses-esg-de-desenvolvimento-divulga-14-empresas-habilitadas. Acesso em: 9 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Startups selecionadas pelo Funses 1 concluem aceleração nesta terça (14). Governo do Estado do Espírito Santo, 13 mar. 2023. Disponível em: https://www.es.gov-.br/Noticia/startups-selecionadas-pelo-funses-1-concluem-aceleracao-nesta-terca-14. Acesso em: 8 nov. 2025.

HUNTERSTACK.IO. Hunterstack.io projeta R$ 6 milhões de faturamento em 2025 automatizando compliance com normas de Segurança Cibernética. Hunterstack.io, 28 jan. 2025. Disponível em: https://www.hunterstack.io/comunicados/hunterstack.io-projeta-r-6-milh%C3%B5es-de-faturamento-em-2025. Acesso em: 20 nov. 2025.

INVISTA NO ES. Governador do Espírito Santo anuncia agência para atração de investimentos e ações voltadas ao clima. Invista no ES, 30 maio 2025. Disponível em: https://invistanoes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governador-do-espirito-santo-anuncia-agencia-para-atracao-de-investimentos-e-acoes-voltadas-ao-clima. Acesso em: 13 nov. 2025.

PORTAL GOV.BR. Diretoria da ANP aprova minuta final de acordo sobre o Parque das Baleias. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/diretoria-da-anp-aprova-minuta-final-de-acordo-sobre-o-parque-das-baleias. Acesso em: 18 nov. 2025.

SECRETARIA DA FAZENDA (Espírito Santo). Experiência do Fundo Soberano capixaba é destaque em evento nacional sobre transição energética. Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, 1º jul. 2025. Disponível em: https://sefaz.es.gov.br/Not%C3%ADcia/experiencia-do-fundo-soberano-capixaba-e-destaque-em-evento-nacional-sobre-transicao-energetica. Acesso em: 1 nov. 2025.

SECRETARIA DA FAZENDA (Espírito Santo). Fundo soberano: relatório de desempenho. Vitória: Tesouro Estadual do Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://sefaz.es.gov.br/Media/Sefaz/Tesouro%20Estadual/Fundo%20Soberano/Relat%C3%B3rio%20de%20Desempenho%20do%20FUNSES.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO (Espírito Santo). Programa Funses ESG de Desenvolvimento: R$ 250 milhões para um futuro sustentável. Disponível em: https://sedes.es.gov.br/Noticias/programa-funses-esg-de-desenvolvimento-r-250-milhoes-para-um-futuro-sustentavel. Acesso em: 09 nov. 2025.

WHITEPAPER DOCS. Fundo Soberano do Espírito Santo é eleito terceiro melhor do mundo e o melhor da América Latina. Disponível em: https://whitepaperdocs.com.br/2025/04/fundo-soberano-do-espirito-santo-e-eleito-terceiro-melhor-do-mundo-e-o-melhor-da-america-latina/. Acesso em: 18 nov. 2025.

Coleção
Espírito Santo

Gestão transformadora,
impacto humano

ISBN: 978-65-978885-8-0